



L.

fr

ATA

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Alberto Vieira Fernandes e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo. -----

A Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro apresentou pedido para substituição, nos termos do art.º 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. Nesta sequência, foi convocado o cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Hugo Miguel Alves Ribeiro, que não compareceu, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**-----INTERVENÇÕES-----**

1. Vereador Bruno Fernandes – a) – Disse registar-se, nos últimos meses, um aumento de animais errantes por todo o concelho, com algum descontrolo, demonstrando uma preocupação sentida pelas Juntas de Freguesia e pelos cidadãos. Referiu a recente visita feita ao Canil Municipal, onde se verifica uma sobrelotação, também como resultado das últimas alterações legislativas no âmbito da proteção dos animais. Disse considerar que a mera ampliação do Canil Municipal não vai resolver o problema existente, realçando a importância de uma estratégia e de uma política

direcionada à proteção dos animais, concretamente, o seu acolhimento e tratamento; **b)** – Disse considerar que, neste período que antecede as eleições legislativas, é importante haver bom senso na participação de colaboradores da Câmara Municipal e dos gabinetes de apoio na participação em iniciativas partidárias durante o horário de trabalho. -----

2. Presidente da Câmara - a) – Disse que a sobrelotação do Canil Municipal se deve ao facto de acolher animais não só de Guimarães, como também de outros concelhos. Assim, considerou importante a necessidade de cada Município assumir a sua responsabilidade ou então de a Comunidade Intermunicipal do Vale do Ave criar uma estrutura supramunicipal, permitindo que o equipamento de Guimarães fique adstrito às necessidades dos animais do concelho, para as quais está adequado; **b)** – Quanto à participação de colaboradores do Município em iniciativas de campanha durante o horário de trabalho, disse que estará atento para que tudo decorra dentro da normalidade. -----

-----**VOTO DE LOUVOR**-----

O Presidente da Câmara submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Louvor, de acordo com o texto que a seguir se transcreve, o que foi aceite por unanimidade. -----

VOTO DE LOUVOR - NOMEAÇÃO DE ELISABETE MATOS COMO DIRETORA ARTÍSTICA DO TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS – Presente a seguinte proposta: “A soprano Vimaranesse Elisabete Matos foi recentemente nomeada Diretora Artística do Teatro Nacional de São Carlos. Esta é uma decisão que orgulha Guimarães, mas, estamos certos, revelar-se-á merecedora da congratulação dos Portugueses, dada a competência, conhecimento, e qualidade que se reconhecem em Elisabete Matos para ocupar o lugar para que agora foi nomeada. O Teatro Nacional de São Carlos sairá, certamente, a ganhar. Elisabete Matos não é apenas uma cantora



L.

pr

lírica prestigiada, nascida em Guimarães. Para lá do nascimento, o contacto mantido com o Município de Guimarães, e o trabalho desenvolvido em colaboração ao longo dos últimos anos, vinculam ligações muito mais profundas, ajudando a engrandecer a aposta cultural feita ao longo das últimas décadas nesta região. Há já dois anos que convidamos Elisabete Matos para dirigir artisticamente o nosso Festival Internacional de Música Religiosa, algo que veio acrescentar qualidade ao evento, à sua programação e à sua visibilidade internacional. Também enquanto cantora lírica tem estado presente em muitos momentos altos do nosso calendário cultural, destacando a mais recente atuação e colaboração no já habitual Concerto de Ano Novo da Orquestra de Guimarães. Estes profundos laços de colaboração permanente serão certamente fator de futuras parcerias e trabalhado conjunto entre uma das mais importantes instituições culturais do País e um Município que valoriza sobremaneira a dimensão cultural das suas políticas. Por esta nomeação, que faz jus à carreira artística internacional daquela que é considerada unanimemente como a melhor soprano portuguesa de sempre, Elisabete Matos é credora das mais vivas felicitações, que o Município de Guimarães entende expressar através da aprovação do presente Voto de Louvor.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**ORDEM DO DIA**----------**INFORMAÇÕES**-----

1. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 5 de julho de 2019, que concordou com a alienação de uma parcela de terreno, com a área de 207,91 m², situada na rua Monte de Aldão, da freguesia de Aldão, destinada a anexar ao prédio erigido no âmbito do processo de licenciamento de construção n.º 859/17, lote 14 do Alvará de Loteamento n.º 37/94, cujos limites de propriedade colidem com terreno do domínio privado do

Município cedido no âmbito daquele loteamento. -----

2. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 23 de julho de 2019, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno, com a área de 188,52 m², situada no Lugar de Vaz, da freguesia de Aldão, propriedade de Hugo Manuel Fernandes da Silva, necessária à execução da obra de Reperfilamento da Rua 24 de Junho, em Aldão, pelo valor de €9.261,99. ----

3. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 13 de agosto de 2019, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 423 m² sita no Lugar de Casas Novas, da União das Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães, propriedade de Joana Maria Correia Pinheiro Rodrigues, necessária à obra de reperfilamento da EN 207-4 Selho S. Lourenço/S. Torcato, pelo valor de €37.486,26. -----

4. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 14 de agosto de 2019, que concordou com a aquisição do prédio urbano composto por duas casas, com a área total de 2.198 m², designado por parcela A, sito no Lugar da Veiga, da freguesia de Silvares, propriedade da Wonderful Beauty Fotonica & Tecnologia, Lda, necessário para a execução da obra de ligação de Reboto a Mouril, pelo valor de €228.000,00. -----

5. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 23 de agosto de 2019, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 25.095,12 m², situada no Lugar de Bouças, da União das Freguesias de Tabuadelo e S. Faustino, propriedade da Sociedade António de Lago Cerqueira, S.A., necessária à criação do Parque de Lazer de S. Faustino, pelo valor de €75.285,36. -----

6. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 23 de agosto de 2019, que concordou com a aquisição de uma parcela de terreno com a área de 69,50 m², designada por parcela B, sita na Avenida da República, n.º 408, da freguesia de Caldelas, propriedade de Maria Rosa Antunes de



L.

mu

Oliveira, necessária à execução do projeto da centralidade das Taipas, pelo valor de €1.540,80. -----

7. Do despacho do Vereador Ricardo Costa, datado de 23 de agosto de 2019, que concordou com a alienação de uma parcela de terreno com a área de 225 m², situada no lugar de Mide, da freguesia de Lordelo, cedida ao domínio público no âmbito do Aditamento n.º 178/03 ao Alvará de Loteamento n.º 54/200, pretendendo a Sociedade Imocampo – Imobiliária, S.A. integrá-la no seu lote 15, do mesmo loteamento, para onde está aprovada a implantação de um edifício para duas indústrias ou armazém de matérias não poluentes que não acarretam riscos de incêndio, toxicidade ou explosão, pelo preço de €8.850,00. -----

8. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 15 de julho de 2019, que aprovou a conta final, bem como o auto final da empreitada designada por “Conservação Corrente do Pavimento das Vias do Concelho de Guimarães”, nos valores, respetivamente, de €336.745,50 + IVA e de €3.604,99 + IVA. -----

9. Do despacho do Presidente da Câmara, datado de 7 de agosto de 2019, que aprovou a conta final, bem como o auto final da empreitada designada por “Construção de Muro de Contenção no Lugar do Monte – Gondar”, nos valores, respetivamente, de €176.473,80 + IVA e de €30.345,80 + IVA. -----

10. Do Relatório de Acompanhamento do Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2018, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

11. Da listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA

MUNICIPAL, REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. O Vereador Bruno Fernandes não participou na votação da ata por não ter estado presente na reunião. -----

CÂMARA – PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NAS ÁREAS PORTUÁRIO-MARÍTIMAS E ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E ECONÓMICO NÃO AFETAS À ATIVIDADE PORTUÁRIA – NÃO ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA OS ANOS DE 2019 E 2020 - DECRETO-LEI N.º 72/2019, DE 28 DE MAIO – Presente a seguinte proposta: “1. No passado dia 17 de agosto entrou em vigor a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. 2. O art.º 4º desta Lei-quadro, sob a epígrafe Concretização da transferência das competências, determina, no seu nº 1, que *“A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa.”* 3. A Assembleia Municipal, em diversas sessões ocorridas neste ano de 2019, sob propostas da Câmara Municipal, deliberou não aceitar as competências constantes dos diplomas setoriais publicados, com exceção das competências previstas no Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro (Gestão das vias de comunicação) e do Decreto-Lei n.º 106/2018, de 29 de novembro (património público). 4. No dia 28 de maio de 2019 foi publicado mais um diploma setorial, o Decreto-Lei n.º 72/2019, abrangendo as áreas portuário-marítimas e áreas de desenvolvimento turístico e económico não



L.

hr

afetas à atividade portuária. Este diploma legal concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais nos seguintes domínios: a) Gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários; b) Gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária. 5. O Concelho de Guimarães não dispõe, atualmente, de áreas às quais possa ser aplicado o previsto neste diploma legal. Situação semelhante já tinha ocorrido com o Decreto-Lei n.º 58/2019 – Transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores – em que o Município de Guimarães se pronunciou pela não aceitação desta competência em 2019 e em 2020, ainda que considerasse que, aparentemente, o Concelho não dispunha de vias navegáveis às quais pudesse ser aplicado o disposto neste diploma legal. 6. Contudo, ao tempo da publicação deste diploma – 28 de maio – já não era possível submeter à aprovação da Câmara Municipal uma proposta de não aceitação desta competência, uma vez que a reunião de Câmara que antecedia a sessão ordinária da Assembleia Municipal (19 de junho de 2019) realizava-se no dia 30 daquele mês de maio e a ordem de trabalhos já tinha sido entregue. 7. Entretanto, foi exposta a situação à DGAL (Direção-Geral das Autarquias Locais) que nos transmitiu que situações como esta ocorreram em vários municípios, onde a transferência de determinadas competências não tem aplicação prática porquanto não existem matérias a transferir nas áreas objeto dos diplomas, contudo, as posições variam quanto às decisões, havendo municípios que decidem, ainda assim, pela não aceitação e outros que simplesmente não tomam qualquer decisão. 8. No que respeita à situação de Guimarães, e tal como

acima se referiu, foi já tomada uma posição pelo Município em relação ao Decreto-Lei nº 58/2019 (deliberações de Câmara e Assembleia Municipal de, respetivamente, 30 de maio e 19 de junho de 2019), pelo que se submete à consideração superior a decisão no que respeita às competências previstas no referido Decreto-Lei nº 72/2019.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A NÃO ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA 2019 E 2020.** -----

CÂMARA – PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - ÁREAS PROTEGIDAS DE ÂMBITO NACIONAL (DECRETO-LEI Nº 116/2019, DE 21 DE AGOSTO) – NÃO ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2019 – Presente a seguinte proposta: “1.

No passado dia 17 de agosto entrou em vigor a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. 2. O art.º 4º desta Lei-quadro, sob a epígrafe Concretização da transferência das competências, determina, no seu nº 1, que “*A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa.*” 3. A Assembleia Municipal, em diversas sessões ocorridas neste ano de 2019, sob propostas da Câmara Municipal, deliberou não aceitar as competências constantes dos diplomas setoriais publicados, com exceção das competências previstas no Decreto-Lei nº 100/2018, de 28 de novembro (Gestão das vias de comunicação) e do Decreto-Lei nº 106/2018, de 29 de novembro (património público). 4. No dia 21 de agosto de 2019 foi publicado mais um diploma setorial, o Decreto-Lei nº 116/2019, abrangendo as áreas



L.

fu

protegidas de âmbito nacional. 5. Este diploma legal concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais na gestão das áreas protegidas de âmbito nacional, através do exercício de funções de cogestão que aqui lhe são cometidas e a sua integração nos conselhos estratégicos das áreas protegidas, previstos no art.º 9º do Decreto-Lei n.º 42/2019 de 29 de março. 6. Embora, atualmente, o Concelho de Guimarães não disponha de zonas classificadas como áreas protegidas de âmbito nacional, a verdade é que o território dispõe de áreas passíveis desta classificação, considerando a sua qualidade ambiental, cultural e social, onde se verifica uma saudável ação antrópica. 7. Assim, considerando que na presente data não se encontram reunidas as condições para ser tomada uma decisão de aceitação das novas competências já com efeitos em 2019, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal que o Município de Guimarães **não pretende a transferência, no ano de 2019**, das competências previstas no **Decreto-Lei nº 116/2019**, devendo, contudo, aceitar tais competências a partir de 2020, tendo em conta a importância de participar na gestão da preservação dos valores naturais do território.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

OBRAS PÚBLICAS - REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO DA VILA DAS TAIPAS – RESPOSTA A ESCLARECIMENTOS – ERROS E OMISSÕES –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 23 de julho de 2019, que aprovou uma informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais relativa à resposta ao pedido de esclarecimentos/erros e omissões, no âmbito do procedimento em epígrafe, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CÍVICO DA VILA DAS

TAIPAS – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS – RATIFICAÇÃO - Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 25 de julho de 2019, que aprovou a prorrogação de prazo em 13 dias para apresentação de propostas, no âmbito do procedimento em epígrafe, de acordo com informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REFUNCIONALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DA TORRE DA ALFÂNDEGA – INFORMAÇÃO DE INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação: “**1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Refuncionalização do Edifício da Torre da Alfândega, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada em informação datada de 26 de julho de 2019 da Divisão de Estudos e Projetos com despacho do Sr. Presidente da Câmara de 7 de agosto de 2019. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €860.978,70 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.5.1.4401 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** Para cumprimento do nº7 do artigo 17º e nº3 do artigo 47º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato conforme informação prestada pelo projetista em julho de 2019. **4.** Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. **5.** Face ao disposto do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP e atendendo que a presente empreitada se desenvolve num espaço confinado e que os vários projetos das especialidades que a constituem se encontram numa relação



L1.

de grande dependência, necessitando de coordenação permanente na sua execução; Considerando que a separação dos projetos das especialidades poderá causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante, bem como tornar excessivamente difícil alocar as responsabilidades individuais por incumprimento contratual e responsabilidades no âmbito de garantias de obra; Considerando que os trabalhos terão que decorrer simultaneamente em todo espaço de intervenção, devido à interligação das várias infraestruturas, que o espaço disponível seria impraticável tanto para vários empreiteiros adjudicatários executarem os respetivos trabalhos, como para a montagem de estaleiros individuais para cada adjudicatário; Ante o exposto, verifica-se que a possibilidade de faseamento dos trabalhos definidos no projeto de execução, por entre várias equipas de empreiteiros, comprometeria seriamente a execução do contrato, bem como a tornaria tecnicamente impraticável. Deste modo as prestações que abrangem o objeto do contrato são técnica e funcionalmente incindíveis pelo que de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP não deverá ser efetuada a contratação por lotes. 6. Na presente empreitada, a realização de trabalhos de variadíssimas especialidades, cada uma com os seus métodos e especificidades, é tão grande que só com uma análise conjunta do preço e da valia técnica é que se poderá aferir da real vantagem económica de uma proposta. Entendeu-se, por isso, que o critério de adjudicação da melhor relação qualidade/preço, de acordo com o estipulado na alínea a) do n1 do artigo 74º do CCP, é o que melhor defende os interesses da entidade adjudicante para este contrato. Desta forma, dentro da valia técnica, os fatores de avaliação que melhor se coadunam com o objeto do presente concurso são: a Memória Descritiva do modo de execução da obra, o Plano de Trabalhos apresentado, o Sistema de Controlo de qualidade, Sistema de Gestão de Segurança e Sistema de

Acompanhamento Ambiental. Só uma avaliação destes fatores, conjuntamente com o preço, é que se poderá encontrar a melhor proposta no cumprimento das normas e princípios que norteiam a contratação pública. 7. De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é designada a técnica Ana Teresa Oliveira como gestor do contrato para o presente procedimento. 8. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €860.978,70 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 365 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 9. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Gilberto Fortunato Costa Fernandes – Técnico Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal — João Ricardo de Carvalho Pacheco - Técnico Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: Ana Margarida Tavares Pereira - Técnica Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira - Técnico Superior da divisão de empreitadas.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – VIA DE LIGAÇÃO DO REBOTO A MOURIL – SILVARES -
INFORMAÇÃO DE INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Via de Ligação do Reboto a Mouril - Silvares, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada em informação datada de 3 de setembro de 2019 da Divisão de Estudos e Projetos com despacho do Sr. Presidente da Câmara de 3 de setembro de 2019; 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar,



L.

fn

estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €1.487.858,77 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.72 do Plano Plurianual de Investimentos. 3. Para cumprimento do nº7 do artigo 17º e nº3 do artigo 47º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato conforme informação prestada pelo técnico Joaquim Sampaio. 4. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 5. Face ao disposto do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP e atendendo que os vários projetos das especialidades que constituem a empreitada se encontram numa relação de grande dependência, necessitando de coordenação permanente na sua execução; Considerando que a separação dos projetos das especialidades poderá causar graves inconvenientes para a entidade adjudicante, bem como tornar excessivamente difícil alocar as responsabilidades individuais por incumprimento contratual e responsabilidades no âmbito de garantias de obra; Considerando que, os trabalhos terão que decorrer simultaneamente em todo espaço de intervenção, devido à interligação das várias infraestruturas, que o espaço disponível seria impraticável tanto para vários empreiteiros adjudicatários executarem os respetivos trabalhos, como para a montagem de estaleiros individuais para cada adjudicatário; Considerando que a existência de vários empreiteiros no espaço iria tornar o trânsito local e residencial, assim como o trânsito de passagem impraticável. Ante o exposto, e considerando o processo construtivo da obra objeto do presente procedimento, verifica-se que a possibilidade de faseamento dos trabalhos definidos no projeto de execução, por entre várias equipas de empreiteiros, comprometeria seriamente a execução do contrato, bem como a tornaria tecnicamente

impraticável. Deste modo as prestações que abrangem o objeto do contrato são técnica e funcionalmente incindíveis pelo que de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP não deverá ser efetuada a contratação por lotes. 6. Na presente empreitada, a realização de trabalhos de variadíssimas especialidades, cada uma com os seus métodos e especificidades, é tão grande que só com uma análise conjunta do preço e da valia técnica é que se poderá aferir da real vantagem económica de uma proposta. Entendeu-se, por isso, que o critério de adjudicação da melhor relação qualidade/preço, de acordo com o estipulado na alínea a) do n1 do artigo 74º do CCP, é o que melhor defende os interesses da entidade adjudicante para este contrato. Desta forma, dentro da valia técnica, os fatores de avaliação que melhor se coadunam com o objeto do presente concurso são: a Memória Descritiva do modo de execução da obra, o Plano de Trabalhos apresentado, o Sistema de Controlo de qualidade, Sistema de Gestão de Segurança e Sistema de Acompanhamento Ambiental. Só uma avaliação destes fatores, conjuntamente com o preço, é que se poderá encontrar a melhor proposta no cumprimento das normas e princípios que norteiam a contratação pública. 7. De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é designado a técnica Ana Filipa Delca Santos como gestora do contrato para o presente procedimento. 8. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €1.487.858,77 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 365 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 9. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chede da divisão de empreitadas; b) Vogal – Ana Margarida Tavares Pereira - Técnica Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro



21.

de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: Ana Teresa Oliveira - Técnica Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira - Técnico Superior da divisão de empreitadas.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REABILITAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO SOCIAL – NÃO ADJUDICAÇÃO – Presente o Relatório Final, em anexo, respeitante ao procedimento em epígrafe, propondo a não adjudicação, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 79 do CCP, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REABILITAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO SOCIAL – INFORMAÇÃO DE INÍCIO DE PROCEDIMENTO – Presente a seguinte informação: **1.** Atenta a necessidade de executar a obra de: Reabilitação Energética de Edifícios de Habitação Social, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada em informação datada de 6 de setembro de 2019 da Divisão de Estudos e Projetos com despacho do Sr. Presidente da Câmara de 6 de setembro de 2019. **2.** Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €2.352.883,92 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.2.2.06 do Plano Plurianual de Investimentos. **3.** A adjudicação será feita por lotes, ao abrigo do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP). Assim, o preço base para cada lote será: a) Lote 1: Habitação Social do Monte de S. Pedro com preço base de €589.354,93; b) Lote 2 Habitação Social de Mesão Frio com preço base de €280.239,21; c) Lote 3: Habitação Social de Urgeses com preço base de €439.345,02; d) Lote 4: Habitação Social de Mataduchos

com preço base de €672.595,17; e) Lote 5: Habitação Social de Azurém com preço base de €371.349,59. 4. Para cumprimento do n.º7 do artigo 17.º e n.º3 do artigo 47.º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato conforme informação prestada pelo projetista em Agosto de 2019. 5. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º do CCP. 6. Na presente empreitada, a realização de trabalhos de variadíssimas especialidades, cada uma com os seus métodos e especificidades, é tão grande que só com uma análise conjunta do preço e da valia técnica é que se poderá aferir da real vantagem económica de uma proposta. Entendeu-se, por isso, que o critério de adjudicação da melhor relação qualidade/preço, de acordo com o estipulado na alínea a) do n.º 1 do artigo 74º do CCP, é o que melhor defende os interesses da entidade adjudicante para este contrato. Desta forma, dentro da valia técnica, os fatores de avaliação que melhor se coadunam com o objeto do presente concurso são: a Memória Descritiva do modo de execução da obra, o Plano de Trabalhos apresentado, o Sistema de Gestão de Segurança e Sistema de Acompanhamento Ambiental. Só uma avaliação técnica destes fatores, conjuntamente com o preço, é que se poderá encontrar a melhor proposta no cumprimento das normas e princípios que norteiam a contratação pública. 7. De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é designado o técnico José Miguel Silva Fernandes como gestor do contrato para o presente procedimento. 8. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €2.352.883,92 + IVA, tendo em consideração os preços base para cada um dos lotes, como especificado no



L.

fu

ponto 3. Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 240 dias para cada um dos lotes; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 9. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos - a) Presidente: Maria Fernanda Fernandes Castro – Chefe da divisão de empreitadas; b) Vogal – Ana Teresa Oliveira- Técnica Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: Ana Margarida Tavares Pereira - Técnica Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal: João Ricardo de Carvalho Pacheco - Técnico Superior da divisão de empreitadas.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE CALDELAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2018 – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Caldelas, para execução da obra de “Reabilitação do Antigo Mercado de Caldas das Taipas”, com uma verba no valor de €33.310,12. O Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir aquela obra acima identificada durante o ano de 2018, pretendendo executá-la até ao final do ano de 2019. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a revogação das deliberações acima identificadas, bem como a aprovação da celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, com uma verba no valor de €33.310,12, para execução da obra de Reabilitação

do Antigo Mercado de Caldas das Taipas, até ao final do ano de 2019, ao abrigo do disposto na alínea k) do nº 1 do artigo 25.º e da alínea m) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE CALDELAS – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 7 DE JUNHO DE 2018 –

Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 18 de junho de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de 7 de junho de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Delegação de Competências com a Freguesia de Caldelas, para a conclusão da Requalificação da rua do Tojal, rua dos Cutileiros, rua do Rabelo e ainda obras na rua do Montinho, mediante a transferência de uma verba de €91.418,98. Entretanto, verificou-se um lapso quanto à dominialidade das ruas acima identificadas, uma vez que são da Freguesia e não do Município, pelo que o valor atribuído para as obras nestas vias configura um subsídio e não uma delegação de competências. Assim, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a revogação das deliberações acima identificadas, propondo-se que, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a atribuição de uma verba à Freguesia de Caldelas, no valor de 91.418,98€, destinado às obras de conclusão da Requalificação da rua do Tojal, rua dos Cutileiros, rua do Rabelo e ainda obras na rua do Montinho, mediante a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**



L.

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE – SUBSÍDIO – ANO DE 2018

– Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Ronfe, para execução da obra de “Pavimentação da Travessa da Aldeia Nova e Travessa da Bica”, com uma verba no valor de €28.813,35. A Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir aquela obra acima identificada durante o ano de 2018, pretendendo ainda executar obras na Travessa 24 de Junho, até ao final do ano de 2019. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a revogação das deliberações acima identificadas, bem como a aprovação da celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Ronfe, com uma verba no valor de €28.813,35, para execução da obra de Pavimentação da Travessa da Aldeia Nova, Travessa da Bica, e Travessa 24 de Junho, até ao final do ano de 2019, ao abrigo do disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE LONGOS – SUBSÍDIO – ANO DE

2018 – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Longos, para execução da obra de “Construção de uma sala de apoio à Casa Mortuária e obras de beneficiação do Cemitério”, com

uma verba no valor de €20.400,17. A Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir a totalidade das obras acima identificadas, sendo que no ano de 2018 foram realizados trabalhos na sala de apoio à Casa Mortuária e elaborado o respetivo auto de medição, no valor de €9.676,08. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação da primeira revisão do Contrato de Atribuição de Subsídio, celebrado em 13 de junho de 2018, nos termos da cláusula 10ª daquele Contrato, alterando-se a cláusula 6ª, nomeadamente: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2019”, bem como a transferência da correspondente verba de €10.724,09 para o ano de 2019. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE RONFE – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2016 – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 28 de novembro de 2016, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 27 de outubro de 2016, que aprovou a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Freguesia de Ronfe, para execução das obras de pavimentação da rua 1ª de Maio, rua Chefe Martins, rua da Cruz, rua Dom Afonso Henriques, rua de Mesão Frio e rua Dra. Ália Pimentel, com uma verba no valor de €163.809,30. A Presidente da Junta da Freguesia informou não ter sido possível concluir a totalidade das obras acima identificadas, sendo que no ano de 2017 foram realizados trabalhos e elaborados os respetivos autos de medição, no valor de €75.538,37 e de €81.068,66. Assim, submete-se à



1.

pi

consideração do executivo camarário e do órgão deliberativo a aprovação da primeira revisão do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 30 de junho de 2016, nos termos da cláusula 11ª daquele Contrato, alterando-se a cláusula 7ª, nomeadamente: “O presente contrato tem início na data da sua assinatura e termina em 31 de dezembro de 2019”, bem como a transferência da correspondente verba de €7.202,27 para o ano de 2019.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE GUARDIZELA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – OBRAS NA RUA DAS FONTAÍNHAS, RUA DA BOAVISTA E RUA DAS CARTAS – Presente a seguinte proposta: “A Freguesia de Guardizela solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução de obras na Rua das Fontaínhas, Rua da Boavista e Rua das Cartas. Para o efeito, apresentaram orçamento e o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de €17.490,00 (dezassete mil, quatrocentos e noventa euros), já com iva incluído à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à Freguesia de Guardizela, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €17.490,00 (dezassete mil, quatrocentos e noventa euros)**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio a celebrar.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE – CONSTRUÇÃO DE PASSEIO E CONCLUSÃO DA VEDAÇÃO NO NOVO ACESSO AO CENTRO ESCOLAR E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE ÁGUAS PLUVIAIS NA URBANIZAÇÃO DO CAMPO NOVO – Presente a seguinte proposta: “Pretende-se concluir os trabalhos de construção de passeio e conclusão da vedação no novo acesso ao Centro Escolar e construção de uma rede de águas pluviais na Urbanização do Campo Novo, na Freguesia de Ponte, tendo a Junta de Freguesia solicitado o apoio da Câmara Municipal. Nesta sequência, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos necessários para a construção de passeio e conclusão da vedação no novo acesso ao Centro Escolar, bem como a quantificação dos materiais necessários para a construção de uma rede de águas pluviais na Urbanização do Campo Novo, estimando-se uma despesa no valor total de €15.648,11, com IVA incluído à taxa legal em vigor. Assim, e tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a atribuição à Freguesia de Ponte, de uma verba no valor de €15.648,11, destinada às obras acima identificadas, ao abrigo do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º e da alínea k) do nº 1 do artigo 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE AZURÉM – SUBSÍDIO – ANO DE 2019 – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 3 de maio de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 11 de abril de



L1

2019, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio com a Freguesia de Azurém, para execução da obra de “Requalificação de diversas ruas”, com uma verba no valor de €42.009,97. Na sequência da identificação pela Junta de Freguesia das ruas a requalificar, nomeadamente a do acesso ao Bairro Pimenta Machado, a rua José Albino Costa e Silva e a rua do Sobreiro, verificou-se que as duas últimas configuram uma delegação de competências, uma vez que são municipais. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação da alteração do mapa anexo às deliberações acima identificadas, no que respeita à Freguesia de Azurém, bem como a aprovação da celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio, com uma verba no valor de €6.493,64, para execução da obra de Requalificação do acesso ao Bairro Pimenta Machado, ao abrigo do disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro; e ainda a aprovação da celebração de um Contrato de Delegação de Competências, com uma verba no valor de €35.516,33, para execução da obra de Requalificação da rua do Sobreiro e rua José Albino Costa e Silva, nos termos do disposto na alínea m) do nº 1 do art.º 33º e da alínea k) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. As referidas verbas serão pagas mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE GONDAR – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ANO DE 2018 E SUBSÍDIO – ANO DE 2019 – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 19 de junho de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 30 de maio de 2019, que aprovou a celebração de um Contrato de Delegação de Competências com a Freguesia

de Gondar, para execução da obra de “repavimentação da rua de Monte de Cima”, com uma verba no valor de €16.493,18. O Presidente da Junta da Freguesia informou pretender executar a obra de pavimentação da rua da Boavista, em substituição da rua de Monte de Cima, até ao final de 2019. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a revogação das deliberações acima identificadas, bem como a aprovação da celebração de um Contrato de Atribuição de Subsídio, com uma verba no valor de €16.493,18, para execução da obra de Pavimentação da rua da Boavista, ao abrigo do disposto na alínea j) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE NESPEREIRA - CONTINUIDADE DO PROJETO SOCIAL “+ VIDA” (2019/2020) – Presente a seguinte proposta: “Desde 2014, a Câmara Municipal de Guimarães considerou pertinente garantir a continuidade de um conjunto de projetos na área social, tendo em conta os objetivos plasmados na Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025 e as orientações presentes no Plano de Desenvolvimento Social de Guimarães (PDS) 2015-2020, que preveem a necessidade de diversificar e ajustar as respostas sociais às especificidades do território e dos cidadãos. O projeto “+Vida”, executado pela Junta de Freguesia de Nespereira, no âmbito do orçamento participativo de 2017, teve o seu término no passado dia 12 de julho, e visa a promoção do envelhecimento saudável por via da dinamização de atividades que concorrem para o bem-estar físico, cognitivo e emocional, contribuindo para a melhoria da qualidade vida e para a segurança dos



11.

pu

residentes da freguesia de Nespereira com mais de 55 anos, reformados ou em regime de pré-reforma. Para o efeito, conta com a colaboração de um técnico superior na área de psicologia e um conjunto de professores que dinamizam as várias oficinas desenvolvidas (teatro, música, dança, informática, yoga, entre outras). Volvido um ano de execução (13 julho de 2018 a 12 julho de 2019), identificamos um impacto muito positivo na comunidade envolvente: 65 pessoas inscritas com idades compreendidas entre os 48 e os 81 anos, 5 oficinas desenvolvidas semanalmente, várias visitas aos espaços culturais do concelho (Casa da Memória, Biblioteca Raul Brandão, Museu Alberto Sampaio e atelier de arte Pedro Guimarães) e participação nas diversas atividades de animação organizadas pela Câmara Municipal (semana sénior, dia dos avós e carnaval intergeracional). Assim, em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, e constatando-se que a continuidade deste projeto se afigura como uma garantia da qualidade de vida e do bem-estar desta população, submete-se para apreciação a transferência, a título de subsídio, do montante de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros), correspondente ao período de 2 de setembro de 2019 a 1 de setembro de 2020, com repartição plurianual, ao abrigo da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CANDOSO SANTIAGO E MASCOTELOS – PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO - Presente a seguinte proposta: “A União das Freguesias de Candoso Santiago e MascoteLOS solicitou um apoio financeiro para a

realização do Projeto de ampliação do Cemitério, em Mascotelos, apresentando para o efeito uma proposta de honorários no valor total de €13.040,46 (IVA incluído). Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à União de Freguesias de Candoso Santiago e Mascotelos, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €13.040,46**, destinado ao projeto acima identificado, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio a realizar.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TABUADELO E S. FAUSTINO – OBRAS NA CENTRALIDADE DA FREGUESIA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -

Presente a seguinte proposta: “A União de Freguesias de Tabuadelo e São Faustino solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a execução de obras na centralidade da freguesia de S. Faustino. Para o efeito, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, estimando-se uma despesa no valor total de **€6.581,99 (seis mil quinhentos e oitenta e um euros e noventa e nove cêntimos)**, já com iva incluído à taxa legal em vigor. Assim, tendo em conta o interesse público inerente, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, o apoio à União de Freguesias de Tabuadelo e São Faustino, mediante a **atribuição de um subsídio no valor de €6.581,99 (seis mil quinhentos e oitenta e um euros e noventa e nove cêntimos)**, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1



do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais, nos termos e condições constantes da minuta do Contrato de Atribuição de Subsídio a realizar.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta:

“A União de Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo solicitou a colaboração do Município, através da cedência de autocarro, para o transporte de idosos, no dia 20 de agosto, a Guimarães. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito de uma visita aos locais de maior interesse turístico e cultural do nosso concelho e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 18 de julho de 2019, foi deferido o pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE NESPEREIRA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Nespereira solicitou a colaboração do Município através da cedência de autocarro, para o transporte dos idosos, no dia 19 de julho, ao Porto. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito do “Projeto + Vida” e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 18 de julho de 2019, foi deferido o

pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

URBANISMO – DELIMITAÇÃO DA UNIDADE DE EXECUÇÃO PARA PARTE DA UNIDADE OPERATIVA DE PLANEAMENTO E GESTÃO Nº 2 DO PDM – PLATAFORMA PARA A TERCIARIZAÇÃO DE SILVARES – Presente a seguinte

informação: “Refere-se a presente informação técnica à unidade operativa de planeamento e gestão (UOPG), designada como número 2 em sede de plano diretor municipal (PDM) para a freguesia de Silvares, e ao processo e forma da sua respetiva materialização administrativa e física. Correspondendo a uma área há muito reconhecida como de forte potencial urbanístico e económico, alvo já de estudos urbanísticos e classificada (plano diretor municipal) como solo urbano, solo urbanizável, espaços de atividades económicas, hoje, a área territorial em causa conserva todo o seu interesse e potencial urbanísticos, reúne documento urbanístico estruturador da sua ocupação e densificação e conhece o interesse/disponibilidade na sua promoção quer de proprietários/promotores privados, quer do município. Perante tal, a delimitação da unidade de execução respeitante a uma parte territorial dominantes da UOPG definidas em PDM (sem prejuízo de toda a restante área e que o Plano define passível de execução ou por força da elaboração de plano de pormenor, ou pela definição de unidade(s) de execução) afigura-se uma realidade coerente e necessária em nome quer do cumprimento das normas legais aplicáveis, quer da salvaguarda de um bom



L.

desenvolvimento urbanístico (atento ao contexto atual de Guimarães). Assim, e com base no documento em anexo – documento estruturador para a delimitação de unidade de execução, UOPG 2 – plataforma para a terciarização de silvares – das disposições legais inerentes à Lei 80/2015, nomeadamente seus artigos 147, 148, 149, 150 e 17, por iniciativa própria (e manifestação de interesse por parte de conjunto de proprietários | promotores privados), entende-se reunidas as condições necessárias para ponderação e submissão ao órgão executivo o início do procedimento de delimitação da unidade de execução para parte da UOPG nº2 “plataforma para a terciarização de silvares”, em função de: 1. Delimitação de uma unidade de execução para parte da área abrangida pela unidade de planeamento e gestão urbanística nº2 – plataforma para a terciarização de silvares – nos termos do artigo 149 da lei 80/2015; 2. Fixação do sistema de execução da unidade de execução como sistema de cooperação – nos termos do número 1, artigo 147 da Lei 80/2015; 3. Fixação do sistema perequativo de repartição dos custos de urbanização – nos termos da alínea c, número 1, artigo 177 da lei 80/2015; 4. Definição dos direitos e obrigações das partes por contrato de urbanização – nos termos da alínea b, número 2, artigo 150 da lei 80/2015; 5. Realização de discussão pública por um período não inferior a 22 dias (com anúncio prévio de 5 dias). Em caso favorável, e não se registando alteração à proposta agora apresentada, a delimitação da unidade de execução em causa deverá ser aprovada pelo órgão deliberativo municipal. Em anexo, junta-se documento estruturador e caracterizador da unidade de execução em causa, o qual se dá como parte integrante da presente informação técnica.” O documento estruturador e caracterizador da unidade de execução em causa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

URBANISMO – ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “Refere-se a presente informação técnica à estratégia local de habitação que, no âmbito do diploma legal denominado “1º direito”, os municípios devem promover e aprovar não só como consolidação da sua atuação a nível habitacional, mas também como instrumento de acesso a apoios financeiros. Como notas prévias, mas importantes para enquadrar o documento, julga-se referir: 1. Embora o documento em causa indicie na sua designação um âmbito mais abrangente, o mesmo limita-se às situações denominadas de “indignidade habitacional” tipificadas no já mencionado diploma legal “1º direito”. Ou seja, situações de precariedade e insalubridade habitacionais, sobrelotação e falta de acessibilidade universal, resposta a situações especiais de sem-abrigo e violência doméstica. Naturalmente implicando a sua integração na política habitacional municipal (e, como tal, na sua estratégia global), este documento apresenta-se balizado no seu âmbito e natureza, sendo parte de uma estratégia maior, mas não sendo, por si só, tal estratégia global; 2. O documento em causa implica um conhecimento da realidade instalada no território exigente e detalhada. Em sequência de tal, foi feito um trabalho complementar de reunião de informação àquela já existente (por força do trabalho da CASFIG), trabalho esse executado junto das juntas de freguesias e entidades/instituições sociais. Como tal, encara-se este documento como um “ponto de partida” para um trabalho que se deseja cada vez mais contínuo e aprofundado. Esta realidade, associada à possibilidade legal do “1º direito” de atualização semestral da estratégia local de habitação, resulta na assunção deste documento como um processo e não como um produto. Isto é, encara-se o mesmo documento como em constante monitorização, avaliação e atualização, implicando a sua respetiva revisão assim que pertinente e justificável; 3. O presente documento visa enquadrar



L.

mu

futuras candidaturas a apoios financeiros junto do instituto de habitação e reabilitação urbana (IHRU), seja o município beneficiário direto, sejam munícipes ou instituições sociais. Porque assim é, tendeu-se para a maximização dos cenários de resposta às situações de indignidade habitacional, numa atitude, dir-se-á, prudente e providente, mas que melhor habilitará o município, munícipes e instituições a proceder às mencionadas candidaturas. Acresce a esta realidade que ao município caberá sempre definir a sua cabimentação orçamental em função das suas possibilidades e prioridades; 4. Por inerência do diploma legal “1º direito”, o parque habitacional estatal/IHRU, seja aquele da cidade, seja aquele de Gondar (frações propriedade estatal) deverá merecer enquadramento próprio. No presente, encontra-se concluída a estratégia local de habitação de Guimarães, a qual abarca 726 situações de indignidade habitacional (das quais 184 são propriedade estatal e, como tal, não enquadráveis diretamente no “1º direito”), pressupõe como soluções dominantes a reabilitação do edificado, construção nova, aquisição de habitação e o arrendamento, num investimento estimado (de forma global e, como mencionado no documento, alaistrado a situações de maximização de custos de modo a assegurar um maior e amplo cenário de candidaturas) em €26.163.602,17 a distribuir por 6 anos. **Face ao exposto, e na sequência das disposições legais do “1º direito” (nomeadamente artigo 30), julga-se reunidas as condições para submeter a estratégia local de habitação de Guimarães (trabalho realizado em articulação e colaboração entre a divisão de habitação e a CASFIG) para aprovação dos órgãos executivo e deliberativo do município.** Refere-se ainda que, verificada a aprovação pelo órgão deliberativo municipal, o presente documento deverá ser presente ao IHRU para verificação e aceitação. À consideração superior.” A Estratégia Local de Habitação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta

anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**

REGULAMENTOS – REGULAMENTOS MUNICIPAIS - INÍCIO DE PROCEDIMENTOS PARA ALTERAÇÃO DE DIVERSOS REGULAMENTOS –

Presente a seguinte informação: “Os serviços municipais do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente pretendem dar início a procedimentos tendente à alteração de alguns regulamentos municipais aplicados aos procedimentos administrativos tramitados naqueles serviços. A Divisão de Mobilidade e Transportes pretende introduzir alterações nos seguintes Regulamentos: i. Regulamento de acesso à zona intramuros do centro histórico de Guimarães; ii. Regulamento dos Parques de Estacionamento Municipais; iii. Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada. Por seu lado, a Divisão de Serviços Urbanos tenciona alterar o Regulamento de Ocupação de Espaço Público e Publicidade, no sentido de nele integrar o licenciamento temporário de ocupação de espaço público para artistas de rua. Em ambas as situações serão, igualmente, revistas as taxas a aplicar. Por outro lado, tendo em vista a preparação das alterações ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas Municipais e Tabela de Taxas anexa, para vigorar a partir do próximo ano (2020), é também necessário proceder a modificações neste Regulamento e Tabela de Taxas. Para esse efeito, e nos termos dos art.ºs 97.º a 101.º (quanto aos procedimentos de elaboração), e art.ºs 139.º a 144.º (quanto à eficácia dos regulamentos) do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, deve ser submetida uma proposta a reunião de Câmara, para que esta delibere a abertura dos procedimentos tendentes à aprovação das alterações a introduzir nos Regulamentos supra referidos, e posterior aprovação pelos órgãos do Município. A publicitação da iniciativa procedimental será efetuada no sítio institucional do Município,



L.

sendo que os interessados deverão constituir-se como tal, no procedimento, no prazo 10 dias úteis, a contar da data da publicitação de aviso no “site” deste Município, com vista a apresentar os seus contributos para a elaboração dos mencionados Regulamentos. A apresentação do contributo para a alteração dos Regulamentos deve ser formalizada por escrito em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

REGULAMENTOS – IMPACTA - INVESTIMENTO MUNICIPAL EM PROJETOS E ATIVIDADES CULTURAIS, TERRITORIAIS E ARTÍSTICAS – APROVAÇÃO DE PROJETO DE REGULAMENTO – Presente a seguinte proposta: “O tecido associativo do território vimaranense assume uma importância superlativa na dinâmica cultural existente, resultante de uma tradição com várias décadas de dinamização do setor e uma crescente adaptação às exigências dos tempos correntes no que à criação, apresentação e programação diz respeito. Paralelamente, resultante deste importante fator e de uma aposta forte e determinada do Município, com especial enfoque nas duas últimas décadas e com um marco crucial na Capital Europeia da Cultura em 2012, o concelho de Guimarães viu multiplicarem-se as estruturas, profissionais e artistas locais, criadores nas mais diversas áreas artísticas. O Município tem, hoje, mais do que nunca, a especial obrigação de olhar de forma abrangente, estruturada e integrada para estas realidades, ajudando a criar as condições ideais para que deste pensamento coletivo surja uma programação do território concertada, espaços de apresentação regulares ou pontuais, e criadores que apresentam os seus trabalhos no território nacional e internacional. Este regulamento surge, assim, da necessidade de valorização da importância do associativismo no contexto cultural, com um pensamento transversal sobre as atividades culturais no território, abrangendo o concelho, abrindo ainda uma janela de apoio para dotar as

associações e instituições no apoio ao investimento e à criação no sentido de garantir que a cultura em Guimarães seja cada vez mais diversificada e qualificada. Por outro lado, e como forma de tornar homogêneos e de mais fácil perceção os diversos apoios atualmente existentes, optou-se por fundir todos esses apoios num único regulamento. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião 31 de janeiro de 2019, dar início ao procedimento tendente à aprovação do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito, e após a realização de uma sessão pública em 16 de fevereiro de 2019 foram recebidos os seguintes contributos: a) De Carlos Marques – Mediação de Seguros Lda.: que o Regulamento previsse a possibilidade de concessão de apoios a Entidades coletivas de Direito Privado com Fins Lucrativos que promovam no Município iniciativas de carácter cultural, recreativo, artístico, humanitário, pedagógico, académico e científico no âmbito da Responsabilidade Social destas, com reconhecido/manifesto interesse público e abertas à comunidade. Em resposta a este contributo, entendo que Câmara Municipal de Guimarães apenas deve apoiar entidades que prossigam exclusivamente fins de interesse público municipal. b) Da Sociedade Martins Sarmento: refere que, no capítulo "Apoio a atividades e investimentos" se encontra, entre os critérios de apreciação, o item "preocupação com sustentabilidade ambiental dos projetos apresentados". Em seu entender, esta formulação poderá prestar-se a alguma confusão entre finalidades e objetivos dos projetos e uma outra realidade que são as condições de execução dos mesmos. Na verdade, o que deverá destacar-se é a conformidade dos projetos com boas práticas e preocupações no domínio da sustentabilidade ambiental e não aqueles que tenham essa matéria por tema como a redação do texto poderá inculcar. Sugerimos,



L.

assim, uma melhor clarificação deste ponto, sem o que, involuntariamente, poder-se-á estar a privilegiar uma temática em detrimento de todas as outras. Em resposta a este contributo, entende-se que a redação é adequada ao objetivo prosseguido: que os investimentos prossigam o objetivo da sustentabilidade ambiental, tanto na fase da execução, como na sua finalidade. Em fase anterior à do início do presente procedimento, na sequência de pedido formulado pela Divisão de Cultura a todas as entidades registadas no Portal do Associativismo, foram ainda recebidos contributos da CAISA- Cooperativa de Artes, Intervenção Social e Animação C.R.L (ANEXO A) e da Capivara Azul – Associação Cultural (ANEXO B), que foram considerados na elaboração do Projeto de Regulamento em análise. Assim, proponho: 1. A aprovação do Projeto de Regulamento do IMPACTA - Investimento Municipal em Projetos e Atividades Culturais, Territoriais e Artísticas; 2. A revogação, com a entrada em vigor do IMPACTA, dos seguintes Regulamentos: - Regulamento de Apoio à Atividade Editorial; - Regulamento de atribuição de bolsas de investigação; - Regulamento de Atribuição de Subsídios às Entidades Culturais, Artísticas, Recreativas e Humanitárias de Guimarães (RMECARH).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – CONCURSO PÚBLICO N.º 8/19 – AQUISIÇÃO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL - ABERTURA DE CONCURSO E APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Presente a seguinte informação: “Submete-se, para aprovação superior, a abertura do procedimento identificado em epígrafe, bem como o programa de concurso, caderno de encargos e a minuta do anúncio, anexos, à presente informação: **1. Objeto:** Aquisição de

bens: Gasóleo rodoviário a granel. **2. Período de vigência:** dezembro de 2019 a dezembro de 2021. **3. Preço base:** €1.400.000,00 + IVA (23%), calculado com base no preço atual do combustível, acrescido de margem de 20%, aproximadamente, tendo em conta a variação de preço associado aos combustíveis fósseis e atual tendência associada ao seu agravamento. **4. Classificação económica:** 02010202; **5. Cabimento orçamental:** Proposta de cabimento n.º 4791/19; **6. Procedimento:** Concurso Público, previsto na alínea a), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos. **7. Entidade adjudicante:** Município de Guimarães. **8. Órgão com competência para a decisão de contratar:** Câmara Municipal. **9. Gestor do contrato:** Baltazar Francisco Campos Oliveira Vilela, dirigente intermédio de 3.º grau do Gabinete de Veículos e Manutenção. **10. Júri: Efetivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Diretora do Departamento Financeiro e de Desenvolvimento Económico, em regime de substituição; **Vogais:** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição; - Sónia Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Gestão de Financiamentos; **Suplentes: Presidente** - Elsa Cordeiro de Almeida, Chefe da Divisão Jurídica, em regime de substituição; **Vogais:** - Carla Castro, Técnica Superior; - Susana Pereira, Técnica Superior. **11. Repartição de encargos** - Considerando que o contrato implica despesas plurianuais, submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal delibere aprovar, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a correspondente repartição de encargos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, nos seguintes termos: **Ano 2019:** €56.000,00 + IVA (23%); **Ano 2020:** €672.000,00 + IVA (23%); **Ano 2021:** €672.000,00 + IVA (23%). Propõe-se que os esclarecimentos sejam delegados no Júri do concurso. À consideração superior.” O caderno de encargos e o programa de concurso dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de



L.

fu

atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ABERTURA DE CONCURSO. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A RESPETIVA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL, PARA A CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta: “A Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, aprovou o novo Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros (RJSPTP), revogando o RTA - Regulamento de Transportes em Automóveis (Decreto n.º 37272, de 31 de dezembro de 1948). O RJSPTP aplica-se às autoridades de transportes (AT) e aos operadores de serviço público que se dedicam à exploração do serviço público de transporte de passageiros em diversos modos, designadamente no rodoviário, estabelecendo o regime aplicável ao seu planeamento, organização, operação, atribuição, fiscalização, investimento, financiamento, divulgação e desenvolvimento, incluindo o regime das obrigações de serviço público e respetiva compensação. Com o RJSPTP são descentralizadas competências de gestão do sistema de transportes públicos em diversos níveis da administração pública, nomeadamente nos Municípios e nas Comunidades Intermunicipais (CIM). Para o efeito, foi deliberado em Reunião de Câmara de 8 de setembro de 2016 e Assembleia Municipal de Guimarães de 3 de outubro de 2016 a assunção do Município de Guimarães como Autoridade de Transportes (AT), quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros municipais, nos termos do art.º 6.º do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho. Apesar de alicerçado num conjunto de consultores técnicos e jurídicos para a elaboração do procedimento concursal visando a

contratualização do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros Municipal, a sua consolidação tem-se revelado morosa, condicionando fortemente o imperativo legal de implementar o serviço público de transporte rodoviário de passageiros no concelho de Guimarães, no prazo estabelecido, até 3 de dezembro de 2019. Para o efeito, o Município de Guimarães fez publicar no Jornal Oficial da União Europeia de 3 de janeiro de 2018, a abertura de concurso para a Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros no Município de Guimarães, em conformidade com o estipulado nº 2, artigo 7º, do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, relativo aos serviços públicos de transporte ferroviário e rodoviário de passageiros. Contudo, o Município deverá colher previamente parecer favorável da entidade reguladora do setor – Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), através do envio das peças do procedimento concursal, designadamente do Programa de Concurso e Caderno de Encargos. Esta entidade poderá, se assim o entender, apresentar sugestões de alteração a estes documentos, contudo, a versão que lhes for submetida a consulta já deve ter sido previamente aprovada pelos órgãos municipais. Nos termos da al. p) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro é competência da Assembleia Municipal “Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais”. Face ao exposto, e nos termos da disposição legal atrás invocada, será de submeter a aprovação da Câmara Municipal, e posterior envio para aprovação da Assembleia Municipal, as condições gerais da concessão previstas nas peças do procedimento concursal (Programa de Concurso e Caderno de Encargos), onde ainda não constam os anexos a estes documentos, por se encontrarem em elaboração, mas que ficarão concluídos à data do seu envio para a entidade reguladora, e que não contemplam condições gerais



L.

pr

da concessão, mas meros desenvolvimentos do que está já consignado nas peças do procedimento. Mais se propõe que a Assembleia Municipal aprove, desde já, autorizar a Câmara Municipal a aprovar as posteriores alterações a estes documentos, resultantes da consulta à entidade reguladora, ou propostas pelos serviços e pelas entidades consultoras, desde que não alterem substancialmente as condições gerais agora aprovadas. Por fim, considerando o prazo de 10 anos previsto para a concessão, e o valor base estimado de €83.794.276,00, para o “Cenário pessimista”, o valor dos encargos será repartido por aquele período de tempo, da seguinte forma: -----

Cenário Pessimista	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Custos sem amortizações	1.154.041	5.225.522	5.823.675	5.940.148	6.058.951	6.180.130	6.303.733	6.429.807	6.558.403	6.689.571	3.980.295	60.344.276
Investimento	9.170.000	14.280.000										23.450.000
Comparticipação pública	507.809	2.610.609	2.943.530	3.002.401	3.062.449	3.123.698	3.186.172	3.249.895	3.314.893	3.381.191	2.011.809	30.394.456

O caderno de encargos e o programa de concurso dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PATRIMÓNIO – ANTIGO EDIFÍCIO ESCOLAR DE CASQUINHO - FREGUESIA DE SILVARES – ALTERAÇÃO DE FINALIDADE - Presente a seguinte proposta:

“Por escritura outorgada em 21/04/2008 o Município doou ao Centro Social, Cultural e Desportivo de Silvares o prédio onde outrora funcionou uma escola do 1º ciclo do ensino básico, situado no lugar de Casquinho, da freguesia de Silvares, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1194/Silvares e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1434. Embora da referida escritura nada conste quanto ao destino a dar ao imóvel, na deliberação da Câmara Municipal de 21/02/2008 que aprovou aquela doação, é referido que o mesmo se destinava à instalação de um centro de apoio a idosos, com valência de apoio domiciliário. Vem agora o Centro Social, Cultural e Recreativo de Silvares, informar que o

edifício não é adequado à instalação do centro de apoio a idosos, e que a freguesia, em termos de valências sociais, se encontra presentemente também carenciada de uma creche, mas que, por falta de dimensões, o edifício também não é apropriado à criação deste equipamento. Assim, o Centro Social solicita autorização para efetuar a transmissão do imóvel supramencionado à Freguesia de Silves, onde esta instalaria a sua sede, com condições ideais de funcionalidade e localização, recebendo em contrapartida, parte do prédio onde atualmente funciona a sede da Junta, passando o Centro Social a dispor de condições para implementação da creche e do centro de apoio a idosos. Uma vez que o Município não estabeleceu qualquer cláusula acerca da resolução da doação, e considerando que a freguesia será dotada das valências sociais a que inicialmente o identificado imóvel se destinava, e que este prédio, será, por outro lado, utilizado para sede da Junta de Freguesia de Silves, poderá se assim for entendido, ser aceite o pedido do Centro Social Cultural e Desportivo de Silves, devendo, contudo, o assunto ser submetido à Câmara. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – COMODATO – EB1 DA VALINHA DA FREGUESIA DE POLVOREIRA – MAIS POLVOREIRA – SOLIDARIEDADE EDUCAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL, CRL – Presente a seguinte informação: “A “**MAIS POLVOREIRA – Solidariedade Educação e Empreendedorismo Social, CRL**”, com cinco anos de atividade, tem a sua sede na rua do Formigoso, nº 103, da freguesia de Polvoreira, deste concelho. A “**MAIS POLVOREIRA**” é uma cooperativa para a satisfação de necessidades sociais da população em geral, a sua promoção e integração social, nomeadamente, a prestação de serviços de apoio à família e comunidade, no domínio da educação formal, informal, da formação cívica, da cultura, da



L.

mu

ocupação dos tempos livres e da promoção de ações de formação profissional. Promove também o desenvolvimento de projetos que permitam o fomento da cooperação e da sensibilização para uma cultura cívica de solidariedade e de inclusão, disponibilizando serviços variados e com a participação ativa possível da população em todos os domínios da sociedade. No âmbito da sua ação, a “MAIS POLVOREIRA” tem um projeto de criação de uma Creche, um Centro de Dia e Apoio Domiciliário, candidato a um financiamento através do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES). Assim, vem a “MAIS POLVOREIRA” solicitar a cedência, em regime de comodato, por um período de 20 anos, do antigo edifício escolar da Valinha, da freguesia de Polvoreira, para ali instalar as referidas valências. Nos termos dos fundamentos apresentados pela Cooperativa, o período do comodato, por 20 anos, é um dos requisitos indispensáveis à aprovação da candidatura ao supramencionado financiamento, sem o qual a instituição não conseguirá suportar o anseio de responder mais e melhor à comunidade. O referido edifício escolar foi desativado no final do ano letivo 2018/2019, e de acordo com informação prestada pela Divisão de Educação, não se vê inconveniente na sua cedência, devendo ser salvaguardado um espaço para recolha das crianças e posterior transporte para a escola de Quinta do Vale (atual escola de Polvoreira). Deste modo, poderá ser formalizada a cedência do identificado prédio através de contrato de comodato, para os efeitos pretendidos pela requerente, pelo período de 20 anos, automaticamente renovável por períodos sucessivos de um ano, se não for denunciado por qualquer das partes com antecedência mínima de 180 dias, em relação ao seu termo inicial ou de qualquer das suas eventuais prorrogações. Em caso de concordância superior, e conforme disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deverá ser submetida a

aprovação da Câmara, a cedência à **“MAIS POLVOREIRA – Solidariedade Educação e Empreendedorismo Social, CRL”**, do antigo edifício escolar da Valinha, situado na rua Narciso Pereira Mendes, da freguesia de Polvoreira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº 1624/20110322 e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo 1360, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes. À consideração superior.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE PARCELA DE TERRENO SITUADA NA RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, FREGUESIA DE

BRITO – Presente a seguinte informação: “O Sr. Francisco José Carvalho Marques solicitou informação sobre a possibilidade de adquirir uma parcela de terreno com a área de 160,00m², situada na rua Nossa Senhora do Rosário, da freguesia de Brito, para anexação ao seu prédio (lote 8), integrado no loteamento titulado pelo Alvará nº 15/91. Conforme informação da Divisão de Gestão Urbanística datada de 19/02/2018, a parcela em causa, destinada inicialmente a fossa séptica e poço sumidouro, quase sem frente para a via pública, poderá ser objeto da venda pretendida. Por outro lado, a Vimágua através do seu ofício nº 5146/2018, datado de 07/06/2018, informou que aquele terreno já não tem interesse para a empresa. Assim, o Município promoveu à alteração ao referido loteamento através do processo nº 193/19, tendo a mesma sido deferida por despacho do Sr. Vereador Arq.º Fernando Seará de Sá emitido em 02/04/2019. Porém, para sequência do processo, deverá proceder-se à desafetação daquele terreno do domínio público, mediante aprovação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, nos termos do disposto na alínea ccc),



1.

mu

nº 1 do artigo 33º, conjugado com a alínea q), nº 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Deste modo, e se for esse o entendimento superior, deverá a Câmara apresentar proposta à Assembleia Municipal no sentido de aprovação da desafetação do domínio público da parcela de terreno a seguir identificada: Parcela de terreno com a área de 160,00m², situada na rua Nossa Senhora do Rosário (lugar da Carreira), da freguesia de Brito, a confrontar do **norte** e do **nascente** com Maria Adelaide Rodrigues da Silva, do **sul** com Caminho Municipal 1583 e do **poente** com o lote 8, propriedade de Francisco José Carvalho Marques. De referir que a eventual alienação da indicada parcela de terreno far-se-á mediante hasta pública em virtude de o requerente não ser o único confrontante. À consideração superior.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETTER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PATRIMÓNIO – HASTA PÚBLICA Nº 2/2019 - VENDA DE VEÍCULOS ABANDONADOS NA VIA PÚBLICA, VIATURAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO, METAIS FERROSOS E ALUMÍNIO – Presente a seguinte proposta: “De acordo com informações técnicas prestadas pela Divisão de Mobilidade e Transportes, e após conclusão de todo o processo administrativo legal por parte daqueles serviços, propõe-se a venda de 8 (oito) veículos abandonados na via pública, 14 (catorze) viaturas e 2 (dois) equipamentos do Município de Guimarães, destinados a destruição e desmantelamento qualificado. Propõe-se, também, a venda de metais ferrosos e alumínio para reciclagem e tratamento. Assim, submete-se à consideração superior a abertura de procedimento para venda em hasta pública dos referidos bens, devendo o respetivo regulamento, cuja minuta se junta em anexo, ser submetido à aprovação da Câmara Municipal.” O regulamento da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR**

UNANIMIDADE. -----

PATRIMÓNIO – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DA EXPROPRIAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE POSSE ADMINISTRATIVA DE PARCELA DE TERRENO DESTINADA À CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO DE BRITEIRO SANTO ESTÊVÃO – Presente a seguinte informação: “De acordo com o disposto na alínea ee), nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, é da competência da câmara municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal. Como é do conhecimento público, é imperiosa a execução de um novo cemitério em Briteiros Santo Estêvão, da União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim, atendendo a que o cemitério atual se encontra completamente sobrelotado sendo impossível qualquer ampliação devido às construções consolidadas existentes na envolvente. Em 17 de janeiro de 2017, o Município procedeu à aquisição, nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, de duas parcelas de terreno, parcelas 2 e 3, melhor identificadas em planta anexa (**Doc. 1**), para a construção do novo cemitério, com as áreas de 600 m² e 3.479,44 m², que se encontram registadas na Conservatória do Registo Predial de Guimarães, a favor do Município de Guimarães, sob os n.ºs 1166/20100906 e 12771/20190116, de Briteiros Santo Estêvão. Apesar de várias diligências efetuadas, não foi possível chegar a acordo amigável quanto à aquisição da **parcela n.º 1**, identificada em anexo (**Doc. 1**), que se caracteriza por ser um imóvel devoluto com a área total de 652 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 920/20080827/Briteiros Santo Estêvão, e inscrito na matriz urbana da União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão



L.

pr

e Donim sob o artigo 95º, propriedade de Esperança Graciosa Alves Gonçalves e de Parcídio Josué Alves Gonçalves, com usufruto em nome de Maria Emília da Silva Alves Fonseca. A **parcela 1**, a adquirir, corresponde à totalidade do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o n.º 920/20080827/Briteiros Sto. Estêvão e inscrito na matriz urbana sob o artigo 95º, tendo a área de 652 m². No início do procedimento inerente à tentativa de aquisição do prédio, pela via do direito privado, o imóvel encontrava-se descrito com a área de 652 m², conforme comprova a informação predial de 2016.08.04. No ano de 2017, os proprietários, através de um levantamento topográfico retificaram a área para 1.133 m². Concluímos que os proprietários, a nível de documentos prediais e matriciais, se apoderaram de parte de terreno municipal (481 m²), adquirido em 17 de janeiro de 2017. Nos termos do parecer jurídico emitido em 12 de novembro de 2018, para efeitos de expropriação, deverá dar-se continuidade ao processo com a área que corresponde ao prédio e que equivale a 652 m², visto que o facto de ter sido retificada a área da descrição predial n.º 920/20080827 não significa, sem mais, que as declarações que lhe estiveram na base correspondam à realidade. Ou seja, o registo predial tem como finalidade “(...) *essencialmente dar publicidade à situação jurídica dos prédios, tendo em vista a segurança do comércio jurídico imobiliário*” conforme estabelece o art.º 1º do Código do registo Predial. Conclui-se, portanto, que o prédio que o Município de Guimarães pretende adquirir tem a área total de 652 m², e corresponde à totalidade do prédio descrito sob o n.º 920/20080827/Briteiros Sto. Estêvão e inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim sob o artigo 95º. Considerando que: Os cemitérios materializam a dignificação do cadáver e a tutela da personalidade *post-mortem*; Os cemitérios são destinados à inumação, em condições sanitárias suficientes,

dos cadáveres de pessoas falecidas na circunscrição das autarquias; A inumação não pode ter lugar fora de cemitério público, devendo ser efetuada em sepultura, jazigo ou local de consunção aeróbia de cadáveres; O atual cemitério paroquial encontra-se totalmente saturado, com a capacidade máxima de 117 sepulturas, todas ocupadas, já sem qualquer hipótese de ser ampliado, em face das construções erigidas na envolvente; A sobrelotação do atual cemitério tem obrigado à utilização de sepulturas já ocupadas por defuntos não familiares, bem como ao recurso a outros cemitérios, de localidades vizinhas, para efeitos de inumação dos cadáveres, criando inconvenientes e constrangimentos para a população; Os cemitérios são bens de domínio público por deterem um índice evidente de utilidade pública; Os cemitérios públicos são bens integrados no domínio público possuídos e administrados pelos municípios e freguesias encontrando-se afetos ao uso direto, imediato e privativo das pessoas; As autarquias locais dispõem de bens integrados no seu domínio público e de bens integrados no seu domínio privado (*cfr.* art.º 84º nº 2 e art.º 238º nº 1 da CRP), devendo ter presentes, na gestão do seu património, os princípios da boa administração, da equidade, da concorrência, da transparência, da proteção, da colaboração e da responsabilidade, constantes dos artigos 3º, 5º, 7º 8º, 9º, 10º e 11º do Decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto, na sua atual redação; O projeto do novo cemitério de Briteiros Santo Estêvão cumpre as prescrições legais aplicáveis, não sendo suscetível de acarretar prejuízo para a higiene e saúde públicas, tendo já sido emitidos todos os pareceres favoráveis, quer por parte do Município, como também por parte das entidades externas (CCDRN (vistoria), Reserva Agrícola Nacional - Entidade Regional do Norte, Direção-Geral da Saúde); Os trabalhos necessários à execução do projeto do novo cemitério na freguesia de Briteiros Santo Estêvão, são urgentes e revestem-se de interesse público; O



11.

projeto foi aprovado por despacho do Sr. Vereador do Departamento de Desenvolvimento do Território, emitido em 06.09.2019. A execução da obra do novo cemitério é da competência da União das Freguesias de Briteiros Santo Estêvão e Donim, atendendo que cabe às Freguesias construir, ampliar e melhorar os cemitérios e promover o funcionamento do serviço público que prestam à comunidade, nos termos das competências previstas na alínea hh), n.º 1, artigo 16º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; A Freguesia apresentou a programação dos trabalhos e a calendarização da obra, conforme consta em anexo (**Doc. 2**); De acordo com o previsto na alínea vv), n.º 1, artigo 33º, daquele preceito legal, compete à Câmara Municipal propor a declaração da utilidade pública para efeitos de expropriação, não tendo pois a Freguesia tal competência; É indispensável obter a declaração de utilidade pública da expropriação e autorização da posse administrativa, da **parcela 1**, supra identificada, pois está em causa a prossecução do interesse público, cujos trabalhos necessários à realização da obra de construção do novo cemitério são urgentes e inadiáveis, sob pena de pôr em causa a saúde pública; Assim e atendendo a que: Foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 4, do artigo 10º do Código das Expropriações, tendo sido determinada previamente em avaliação elaborada por perito da lista oficial, a previsão dos encargos com a expropriação, que totaliza o montante de € 42.000,00 (quarenta e dois mil euros), estando cabimentado sob a proposta de cabimento nº 4769; Nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, o Município de Guimarães efetuou várias tentativas, junto dos proprietários, no sentido de se adquirir por via do direito privado a totalidade da parcela 1, com a área de 652 m², acima referida e identificada na planta em anexo; Não foi possível obter a concordância por parte dos proprietários quanto à alienação da totalidade do prédio acima descrito; Propõe-se à Câmara

Municipal que, ao abrigo do disposto na alínea vv), do n.º 1, do art.º 33º, do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 18 de setembro, delibere requerer ao membro do Governo competente: 1. A **DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA** da expropriação do imóvel infra descrito, e todos os direitos a ele inerentes, designadamente servidões/passagens eventualmente existentes, necessário à construção do novo cemitério de Briteiros Santo Estêvão, com a fundamentação de facto e de direito consubstanciada nos considerandos supra, que para todos os efeitos são parte integrante da presente deliberação; 2. A **AUTORIZAÇÃO DE POSSE ADMINISTRATIVA** do imóvel a expropriar, atendendo a prossecução do interesse público, cujos trabalhos necessários à execução do projeto de obras são urgentes, em face do já descrito, sendo a posse administrativa indispensável à execução da obra de construção do novo cemitério de Briteiros Santo Estêvão. -----

DESCRIÇÃO DA PARCELA A EXPROPRIAR: -----

Nº Parcela	Proprietários	Área	Localização da parcela	Descrição Predial	Inscrição matricial	Valor Indemnização
1	Maria Emília da Silva Alves Fonseca – usufrutuária Esperança Graciosa Alves Gonçalves – radiciária Parcídio Josué Alves Gonçalves - radiciário	652,00 m²	Rua de Santo Estêvão, Briteiros Santo Estêvão	920/20080827 Briteiros Sto. Estêvão	U-95º	€42.000,00

A zona onde se insere o imóvel a expropriar encontra-se classificada no Plano Diretor Municipal como Solo Urbanizado – Espaços Residenciais. À consideração superior.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES – CLUBE DESPORTIVO DE PONTE - DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO –

Presente a seguinte proposta: “O Clube Desportivo de Ponte com sede na rua Monte do Rio, nº 138, da freguesia de Ponte, vem solicitar a cedência de 2 armários arquivadores metálicos para apoio ao serviço administrativo na sua sede social. Em deslocação ao armazém da Divisão de Património



11.

[Handwritten signature]

Municipal, verificou-se a existência de 2 armários metálicos, que apesar do seu razoável estado de conservação, já não se adequam aos diversos serviços municipais. Desta forma submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela entidade do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, no valor total de **€400,00**, devendo, em caso de aceitação, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo, nos termos do disposto na alínea o) nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Armário metálico fechado com portas de correr e respetivas prateleiras, cor preta	€200,00	€200,00
Armário metálico fechado com portas de correr e respetivas prateleiras, cor cinza	€200,00	€200,00
Total		€400,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DOAÇÕES – SPORT CLUBE ESTRELAS VERMELHAS – DOAÇÃO DE EQUIPAMENTO - Presente a seguinte proposta: “A associação Sport Clube Estrelas Vermelhas, com sede em Souto Santa Maria, deste concelho, através de missiva datada de 18/07/2019, vem solicitar a doação de um balcão em madeira para equipar a sede do clube, dotando-a, assim, de melhores condições de atendimento ao público. Quanto ao requerido, informa-se que existe um balcão de madeira de grandes dimensões que se encontra nas antigas instalações da Divisão de Fiscalização, serviços que se encontram atualmente em remodelações para a instalação de outros serviços municipais, sendo que o referido balcão terá como destino o armazém municipal. Assim, não se perspetivando que o aludido balcão possa ser reutilizado noutros serviços municipais, atendendo às suas características, julga-se não existir inconveniente na sua doação. Deste modo, submete-se à consideração superior a decisão quanto à doação, àquela entidade do equipamento melhor identificado na tabela abaixo, no

valor de **€500,00**, devendo, em caso de aceitação, o assunto ser aprovado pelo órgão executivo nos termos do disposto na alínea o) nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Descrição	Valor Unitário	Valor Total
Balcão de atendimento em madeira com prateleiras em toda a sua extensão	€500,00	€500,00
	Total	€500,00

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

RECURSOS HUMANOS – ESTRUTURA ORGÂNICA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO – CRIAÇÃO DA DIVISÃO DE SISTEMAS INTELIGENTES E DE INFORMAÇÃO – Presente a seguinte proposta: “A Divisão de Desenvolvimento de Sistemas Inteligentes (DDSI) foi criada com a aprovação, em 2017, da estrutura orgânica do Município (deliberação da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2017, sob proposta da Câmara Municipal de 7 de dezembro de 2017), tendo ficado na dependência direta do Presidente da Câmara. Esta unidade orgânica tem como missão, entre outras, conceber, planejar, executar e controlar sistemas que possibilitem a gestão integrada de informação em tempo real, com vista ao tratamento de dados como informação estatística de planeamento e controlo e à utilização como indicadores de coordenação e gestão dos vários serviços municipais internos e externos. Posteriormente, aquela estrutura orgânica veio a ser alterada por deliberação da Assembleia Municipal de 27 de novembro de 2018, sob proposta da Câmara Municipal de 31 de outubro de 2018, tendo a DDSI passado a integrar o Departamento de Administração Geral, onde estava também integrada a Divisão de Sistemas de Informação (DSI). Na verdade, a DSI - enquanto unidade responsável por, entre outras, conceber, desenvolver e implementar sistemas de informação nas suas diferentes modalidades, adotando, para o efeito, as metodologias, ferramentas e produtos adequados para os diversos serviços municipais – trabalhava já em



L1.

estreita colaboração com a DDSI, tendo-se concluído pela conveniência de uma coordenação superior conjunta. Encontrando-se atualmente as duas Divisões a ser chefiadas pelo mesmo dirigente, em regime de acumulação, e tendo-se revelado eficaz esta metodologia de coordenação, entendeu-se vantajoso a fusão destas duas unidades orgânicas numa só Divisão, abarcando as competências de ambas, criando-se, contudo, uma direção intermédia de 3.º grau, na dependência desta nova Divisão, com competências específicas no domínio dos sistemas inteligentes. A Assembleia Municipal de Guimarães, pela sua deliberação de 27 de novembro de 2018, definiu, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, o número máximo de unidades orgânicas flexíveis correspondentes a divisões municipais em trinta, e o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dirigidas por dirigente intermédio de 3.º grau em sete. Apesar de o modelo proposto se conter dentro dos limites definidos pela Assembleia Municipal em termos de divisões municipais, excede o número máximo definido quanto às unidades de 3.º grau, pelo que, ao abrigo e nos termos do artigo 6.º do referido Decreto-Lei n.º 305/2009, proponho que a Câmara Municipal delibere: **1.** Propor à Assembleia Municipal a alteração do número máximo de unidades orgânicas flexíveis dirigidas por dirigente intermédio de 3.º grau, até ao limite máximo de oito; **2.** Aprovar, sob condição da aprovação da proposta referida em 1 pela Assembleia Municipal, a criação, na dependência do Departamento de Administração Geral, da **Divisão de Sistemas Inteligentes e de Informação (DSII)**, que funde as competências atribuídas à DSI e à DDSI, a quem compete: a) Dinamizar a adoção de tecnologias e processos inovadores no âmbito da gestão inteligente do território e da relação com os cidadãos; b) Aferir e interpretar as necessidades dos cidadãos, empresas e demais entidades propondo a implementação de normativos e de

soluções inteligentes que visem melhorar a qualidade de vida e a competitividade do município; c) Conceber, planejar, executar e controlar sistemas que possibilitem a gestão integrada de informação em tempo real; d) Recolher e disponibilizar indicadores de gestão internos e externos que sejam relevantes no desenvolvimento de uma cidade inteligente; e) Procurar ativamente soluções inovadoras de cidades inteligentes em articulação com as demais unidades orgânicas e Empresas Municipais. f) Conceber, desenvolver e implementar sistemas de informação nas suas diferentes modalidades, adotando, para o efeito, as metodologias, ferramentas e produtos adequados para os diversos departamentos e serviços e em colaboração com estes; g) Mobilizar e gerir os recursos informáticos, de comunicações fixas e móveis de apoio necessários à exploração dos sistemas implementados, bem como assegurar a manutenção e o acesso às bases de dados e outras informações em suporte informático; h) Gerir os contratos de manutenção dos equipamentos informáticos e de comunicações, bem como dos sistemas operativos e das aplicações comuns; i) Estudar e propor as normas e procedimentos de segurança, ativa e passiva, das instalações e equipamentos e segurança informática, promovendo o cumprimento das normas e procedimentos de segurança estabelecidos, numa perspetiva integrada; j) Propor a aquisição e assegurar a instalação, formatação, operação, segurança e manutenção dos sistemas, equipamentos informáticos, redes, comunicações e telecomunicações, fotocopiadores e outros que se mostrem necessários ao desenvolvimento das atividades do Município; k) Participar nos estudos e ações desenvolvidas por outras unidades orgânicas do Município, assegurando a componente técnica especializada no domínio das infraestruturas informáticas e dos sistemas de comunicações associados; l) Assegurar a conformidade legal de todos os parques tecnológicos



11.

pu

instalados, em matéria de sistemas e tecnologias de informação, no que ao licenciamento e aquisição de direitos de utilização de software e hardware diz respeito; m) Desencadear e controlar procedimentos regulares de salvaguarda da informação, promovendo a sua recuperação em caso de destruição, mau funcionamento ou avaria do sistema; n) Garantir a manutenção dos equipamentos informáticos instalados nas escolas da responsabilidade do Município; o) Dinamizar, em articulação com a unidade orgânica responsável pelos Recursos Humanos, ações de formação que melhorem o desempenho dos recursos humanos no âmbito das tecnologias postas ao seu dispor; p) Assegurar a gestão técnica dos sítios da internet e aplicações móveis do Município. 2. Aprovar a criação de uma unidade orgânica flexível dirigida por dirigente intermédio de 3.º grau, na dependência da Divisão de Sistemas Inteligentes e de Informação, denominada **Gabinete de Desenvolvimento de Sistemas Inteligentes**, com as seguintes competências: a) Conceber, planejar, executar e controlar sistemas que possibilitem a gestão integrada de informação em tempo real, com vista ao tratamento de dados como informação estatística de planeamento e controlo e à utilização como indicadores de coordenação e gestão dos vários serviços municipais internos e externos; b) Identificar e avaliar projetos, produtos e serviços com potencial de inovação e agregar recursos adequados para o efeito; c) Apoiar, promover e desenvolver iniciativas no domínio da inovação, cidades e sistemas inteligentes; d) Agregar, tratar e integrar os diferentes dados para instrução de candidaturas e projetos promovidos pela autarquia; e) Gerir sistemas de monitorização com vista a recolha, análise e partilha de dados entre as diferentes áreas; f) Desenvolver, atualizar e gerir sistemas e processos de deteção e controlo de qualidade dos dados, com recurso à inteligência artificial e internet das coisas; g) Assegurar o cumprimento dos requisitos

legais de acesso e disponibilização de informação; h) Construir e manter um repositório de informação do Município, promovendo a melhoria da qualidade da informação estatística produzida; i) Gerir protocolos de cruzamento de informação, nos domínios da extração de dados, para a construção e disponibilização de indicadores de gestão e de suporte à decisão; j) Dinamizar a criação de novos modelos de negócio com base na necessidade criada; k) Criar e dinamizar projetos e projetos-piloto de inovação, cidades inteligentes e inteligência artificial; l) Participar na definição, conceção e otimização de projetos municipais e processos organizacionais, em particular nas componentes de cidades e sistemas inteligentes inovadores, sustentáveis e de monitorização; m) Dinamizar a criação de laboratórios piloto e de prototipagem (Living -lab's e FabLab's); n) Promover ações de sensibilização no domínio dos novos paradigmas económicos e seus impactos sociais. Mais se propõe que, ao abrigo da alínea o), do n.º 1, do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a correspondente alteração ao Mapa de Pessoal em vigor para o ano de 2019, conforme documento anexo." O referido documento dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

RECURSOS HUMANOS – RECRUTAMENTO PARA CARGOS DIRIGENTES - DESIGNAÇÃO DE JÚRI E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA – Presente a seguinte proposta: "Sendo necessário assegurar a gestão e coordenação da Divisão de Habitação, unidade orgânica integrada no Departamento de Desenvolvimento do Território, e da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, integrada no Departamento de Recursos Humanos, submete-se a **aprovação da Câmara Municipal**, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da



L.

Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e com o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, conjugado com o artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, **a autorização de abertura de procedimento de recrutamento** para as respetivas chefias. Nos termos do disposto no artigo 13.º da referida Lei n.º 49/2012, a designação do júri de recrutamento é da competência da assembleia municipal, devendo ser composto por um presidente e dois vogais. De acordo com a mesma norma, o presidente é designado de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade seja ou tenha sido exercida preferencialmente na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica. **Propõe-se que seja submetida a aprovação da Assembleia Municipal**, nos termos do disposto no referido artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, a **seguinte composição dos júris:** **Chefe da Divisão de Habitação:** Presidente: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão, diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; Vogais efetivos: Victor Manuel Oliveira Santos Guerra, chefe da Divisão de Gestão Urbanística e Maria Fernanda Fernandes Castro, chefe da Divisão de Empreitadas; Vogais suplentes: Alexandra Isabel Quintã Cunha, chefe da Divisão de Ação Social e Rui Miguel Lino Castro, chefe da Divisão de Mobilidade e Transportes. **Chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos:** Presidente: Maria Inês Figueiredo Dias Sousa Ribeiro, diretora do Departamento de Recursos Humanos; Vogais efetivos: Maria Joana Rangel Gama Lobo Xavier, diretora do Departamento de Administração Geral e Maria Graça Sousa Moura, chefe da Divisão de Auditoria e Qualidade; Vogais suplentes: Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, chefe da Divisão Jurídica e Victor Manuel Oliveira Santos Guerra, chefe da Divisão de Gestão Urbanística. Os postos de trabalho estão

previstos no mapa de pessoal e a respetiva despesa encontra-se inscrita no orçamento para o ano 2019, encontrando-se cabimentadas pelas propostas de cabimento nº 324 e 3910, correspondendo-lhe as requisições externas de despesa com os compromissos, respetivamente, nº 240 e 4264.”

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ABERTURA DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR VOTAR, NO SEU CONJUNTO, OS MEMBROS DOS JÚRIS. DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A CONSTITUIÇÃO DOS JÚRIS. -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA

“ASSOCIAÇÃO CYBERCENTRO DE GUIMARÃES” – Presente a seguinte

proposta: “ Propõe-se ao Executivo Municipal de Guimarães que delibere aprovar o projeto de dissolução e liquidação da **“Associação Cybercentro de**

Guimarães”, e, ainda, ao abrigo do disposto na alínea n) do nº 1 do artigo

25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que o mesmo seja submetido à

Assembleia Municipal para aprovação, solicitando que a deliberação seja

aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os

fundamentos previstos nos nºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12

de setembro. **Projeto de dissolução e liquidação da “Associação**

Cybercentro de Guimarães” – 1. ENQUADRAMENTO JURÍDICO – 1.1 A

Natureza Jurídica da Associação Cybercentro e o regime legal a que se

encontra sujeita - A ASSOCIAÇÃO CYBERCENTRO DE GUIMARÃES, adiante

designada abreviadamente por **“CYBERCENTRO”** ou **“Associação”**, é uma

associação privada sem fins lucrativos constituída por escritura de 5 de Abril

de 2002, exarada a folhas 110 e seguintes do Livro de Notas para Escrituras

Diversas nº 176 do Notário Privativo da Câmara Municipal de Guimarães.

Esta associação é dotada de personalidade jurídica, com autonomia

administrativa, financeira e patrimonial, tem a sua sede no Edifício



L.

fr

Cybercentro, na Travessa de Vila Verde, 4810-430 Guimarães, freguesia de S. Sebastião (Guimarães), concelho de Guimarães e detém o número de Pessoa Coletiva 506 022 340. A CYBERCENTRO foi constituída para intervir na área das tecnologias da informação, comunicação e multimédia, tendo como atribuições:

- Realizar todos os atos necessários à administração do Cybercentro no âmbito das competências que legalmente lhe forem atribuídas;
- Promover a transferência de conhecimentos e a utilização das tecnologias da informação, comunicação e multimédia;
- Organizar seminários, conferências e outras ações de formação que se enquadrem no âmbito do seu objeto;
- Colaborar com outras entidades públicas ou privadas, nomeadamente estabelecimentos de ensino médio e superior, em trabalhos, estudos ou ações para que seja solicitada ou tome iniciativa;
- Celebrar protocolos de cooperação no âmbito do seu objeto com estabelecimentos de ensino médio e superior, bem como com outras entidades interessadas no fomento do uso das tecnologias da informação, comunicação e multimédia;
- Exercer quaisquer outras atividades de carácter não lucrativo, relacionadas com o seu objeto que a Assembleia Geral ou a Direção, nos termos estatutários, decidam prosseguir.

A CYBERCENTRO foi constituída ao abrigo do regime jurídico privado constante do Código Civil, já que ao tempo da sua constituição não vigorava qualquer dispositivo legal que regulasse a participação dos municípios em associações de Direito Privado. Atualmente encontra-se em vigor a Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAE), o qual, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, por força do disposto no nº 3 do seu Artigo 1º, se aplica também à constituição ou a mera participação em associações de natureza privada pelos municípios. A decisão de participação na constituição ou a aquisição de participação em associação privada encontra-

se, presentemente, regulada no RJAEI (Cfr. Art.ºs 47º e 53º a 55º aplicáveis por via do disposto nos art.ºs 56º e 59º), não encontrando, contudo, a alienação de participações locais e a dissolução de associações de direito privado participadas pelos municípios regulamentação específica neste diploma. Não estando, neste momento, em questão apurar qualquer repercussão da entrada em vigor do RJAEI sobre a constituição e estatutos do CYBERCENTRO, importa ainda assim determinar se, e em que medida, este regime conforma o procedimento de dissolução desta Associação. Por aplicação conjugada do disposto nos nºs 1 e 2 do Art.º 59º e no nº 3 do Art.º 1º, ambos do RJAEI, este diploma remete para o Código Civil, sendo este o regime a que se encontram sujeitas estas entidades, pelo que a dissolução das associações privadas participadas por municípios se regem pela lei geral ou seja pelo Código Civil (CC). Tendo concretamente em consideração o disposto nos estatutos da CYBERCENTRO e no Código Civil, a extinção desta associação poderá ser levada a cabo, nos termos do disposto no Artigo 182º do CC, através de deliberação da assembleia geral da própria associação. De acordo com o estipulado no Artigo 25º nº 1, alínea n) da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre *“(…) todas as matérias previstas no regime jurídico da actividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à câmara municipal”*, pelo que é este órgão municipal o competente para conformar a vontade do Município no âmbito da assembleia geral da CYBERCENTRO que se vier a realizar para efeitos de deliberação sobre a sua extinção. O procedimento de dissolução da CYBERCENTRO está, pois, sujeito a uma tramitação que tem a sua génese em iniciativa do executivo camarário, é aprovada em Assembleia Municipal e decidida definitivamente em assembleia geral da Associação, com a aplicação das regras de estabelecidas no Código Civil e nos Estatutos. Da deliberação a proferir pela Assembleia Municipal não



L.

decorre pois desde logo o efeito da dissolução, mas antes corresponde ao ato administrativo que sustenta a vontade do Município em despoletar todas as operações subsequentes, designadamente, o procedimento de extinção regulado no Código Civil.

2. A ESTRUTURA ORGÂNICA E ASSOCIATIVA DA CYBERCENTRO – 2.1. Os Associados - A Cybercentro foi constituída pelo Município de Guimarães ao abrigo de um Protocolo celebrado com a Secretaria de Estado da Juventude e a Secretaria de Estado da Habitação e Comunicações com o objetivo de criação de um espaço especialmente concebido como centro de demonstração prática e fomento de uso das tecnologias de informação, comunicação e multimédia destinado especialmente à população jovem e estudantil, associado a espaços de convívio e animação. No âmbito do Protocolo celebrado, coube à Autoridade Nacional de Comunicações - ANACOM e à Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação - FDTI a responsabilidade de lançar e instalar estes espaços, em articulação com parceiros locais, designadamente, Câmaras Municipais. Foram **Associados Fundadores** as seguintes entidades: 1 - Município de Guimarães; 2 - Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação (FDTI); 3 - ICP – Autoridade nacional das Comunicações – ANACOM. Em 17 de Maio de 2011 a ANACOM deixou de ser Associada da Cybercentro (decisão que teve origem na decisão desta entidade de deixar de participar em toda a rede de Cybercentros do país). (Vd. ata nº 10 da Assembleia Geral de 17/05/2011). Em 15 de Junho de 2011 foram admitidos os seguintes Associados Aderentes (Vd. ata nº 11 da Assembleia Geral de 15/06/2011): 1 - Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral; 2 - Marta de Abreu Coutada; 3 - Soprarte – Associação de Educação pelas Artes. Em 09 de Abril de 2012 a Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação (FDTI) deixou também de ser associada da Cybercentro, tendo denunciado o Protocolo

celebrado com o Município de Guimarães (facto que teve origem na decisão da sua extinção, a qual se veio efetivamente a concretizar legalmente em 26 de Março de 2013) (Vd. ata nº 12 da Assembleia Geral de 09/04/2012). Por carta de 29/08/2019, Marta de Abreu Coutada comunicou que deixou de ser associada, com efeitos imediatos. De acordo com os Estatutos – Art.º 5, nº 3 e Atas da Assembleia Geral entre 05/04/2002 e 10/05/2017 e as atas da Assembleia Geral 1 a 20, e a comunicação da Associada aderente, Marta de Abreu Coutada, em resultado das alterações supra indicadas, os Associados da Cybercentro de Guimarães são atualmente os seguintes: -----

Entidade/Identificação	Tipo de Associado
Município de Guimarães	Associado Fundador
Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral	Associado Aderente
SOPRARTE – Associação de Educação pelas Artes	Associado Aderente

2.2. Os Órgãos - Nos termos constantes dos Estatutos do Cybercentro, esta Associação tem os seguintes órgãos sociais: -----

Órgão	Composição
Assembleia Geral	Composta por todos os Associados – Fundadores e Aderentes, detendo os Associados Fundadores dois (2) representantes e os Associados Aderentes um (1) representante . Presidida por uma Mesa , constituída por um Presidente e um Secretário para mandatos de três anos.
Direção	Composta por três (3) membros eleitos em Assembleia Geral para mandatos de três anos.
Conselho Fiscal	Composto por três (3) membros eleitos em Assembleia Geral para mandatos de três anos.
Conselho de Patrocinadores	Composto por todas as entidades que, não sendo associadas, patrocinem o Cybercentro mediante protocolos
Observações: Nos termos do disposto no Artigo 9º, nº 4 dos Estatutos, os titulares eleitos para os órgãos só iniciam funções após tomada de posse (dada pelo Presidente da Assembleia Geral), mantendo-se os membros cessantes até à tomada de posse dos novos titulares.	

2.2.1. Os Titulares dos órgãos sociais - Compulsadas as atas da Assembleia Geral (entre 05/04/2002 e 10/05/2017), da Direção (entre 31/05/2002 e

11.
mu

11/04/2016) e do Conselho Fiscal (entre 27/02/2003 e 11/01/2016), verifica-se, através, da sua análise, a evolução seguinte no que respeita aos titulares dos órgãos sociais: -----

Órgãos Período	Direção	Conselho Fiscal	Mesa da Assembleia
2002-2004	Presidente: - António Magalhães da Silva Vogais: - Eliseu Teixeira Crespo - Manuel Silva	Presidente: - António Luís Antunes da Silva Vogais: - Jaime Luzia Ferreira Silva - Marta Abreu Coutada	Presidente: - Catarina Paula Pinto Rodrigues de A. M. Cabrita Em 2004 substituída por Magda Maria Moura da Fonseca Bragança Rubio Secretário: - Francisca Maria da Costa Abreu
2005-2007	Presidente: - António Magalhães da Silva Vogais: - Mário Soares de Freitas - Manuel Silva	Presidente: - António Luís Antunes da Silva Vogais: - Jaime Luzia Ferreira Silva - Marta Abreu Coutada	Presidente: - Magda Maria Moura da Fonseca Bragança Rubio Em 2005 substituída por Norberto Nuno Martim Becerra Gomes de Andrade. Em 2007 substituído por Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá Secretário: - Francisca Maria da Costa Abreu
2008-2010	Presidente: - António Magalhães da Silva Vogais: - Mário Soares de Freitas - Manuel Silva	Presidente: - António Luís Antunes da Silva Vogais: - Jaime Luzia Ferreira Silva - Marta Abreu Coutada	Presidente: - Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá Secretário: - Francisca Maria da Costa Abreu
2011-2013	Presidente: António Magalhães da Silva Vogais: - Maria de Fátima Macedo Alves - Maria Mafalda da Costa de C. F. Cabral	Presidente: - Marta Abreu Coutada Vogais: - Jaime Luzia Ferreira Silva - Edmur Pinto Ribeira	Presidente: - Rogério Pereira da Silva Secretário: - Francisca Maria da Costa Abreu
2014-2016	Presidente: - César Manuel de Castro Machado Vogais: - Maria de Fátima Macedo Alves - Maria Mafalda da Costa de castro Ferreira Cabral	Presidente: - Marta Abreu Coutada Vogais: - Jaime Luzia Ferreira Silva - Edmur Pinto Ribeira	Presidente: - Rogério Pereira da Silva Secretário: José Manuel Nogueira Teixeira Bastos

2016-2018	Presidente: - João Miguel Castro Oliveira * Vogais: - Maria de Fátima Macedo Alves - Maria Mafalda da Costa de C. F. Cabral	Presidente: - Marta Abreu Coutada Vogais: - Jaime Luzia Ferreira Silva - Rui Pedro Nogueira Vilarinho	Presidente: - Filipa Gomes da Cruz de Morais Soares Secretários: - José Manuel Nogueira Teixeira Bastos - Rogério Pereira da Silva
Em 2017 – Nova AG para designação da Direção e do Conselho Fiscal	Presidente: - Maria de Fátima Macedo Alves Vogais: - Marta de Abreu Coutada* - Maria Mafalda da Costa de Castro Ferreira Cabral (*) Renunciou em 29/08/2019	Presidente: - Rui Pedro Nogueira Vilarinho Vogais: - Jaime Luzia Ferreira Silva - João Miguel Castro Oliveira	

3. DA EXTINÇÃO DA CYBERCENTRO – 3.1. Os fundamentos da extinção -

Desde 2002 (ano em que foi constituída a Cybercentro de Guimarães) até ao presente assistimos a um desenvolvimento acelerado das tecnologias de comunicação e informação, que representam um grande avanço tecnológico para a sociedade portuguesa, que nesta matéria acompanha o avanço no mundo. A possibilidade de uso social generalizado da tecnologia de informação e comunicação traduzem uma verdadeira revolução na sociedade, possibilitando ações antes inimagináveis, agora ao alcance de todos. O comportamento social, os instrumentos de trabalho, os meios de comunicação e de aprendizagem mudaram radicalmente de há uns anos a esta parte devido ao avanço tecnológico acelerado. O advento e popularização da internet traduziu-se na criação de um espaço de transmissão e aquisição de conhecimento dinâmico e apelativo e também recreativo, do uso generalizado de computadores, tablets, Smart phones, de e-mails, de redes sociais, de *clouds*, das diversas aplicações de disponibilização de serviços e todas as restantes tecnologias de comunicação que revolucionaram a troca de informações entre as pessoas.



11.

Num mundo em mudança acelerada a necessidade de prestação um serviço com intervenção de uma entidade pública apenas se entende naquilo que ainda não é acessível a todos. Para justificar a manutenção do serviço é necessário investir em inovação. A utilização das novas tecnologias como IoT (Internet of Things ou Internet das Coisas) e a IA (Inteligência Artificial) e a sua colocação ao serviço da comunidade, neste caso da comunidade municipal, requer investimento financeiro avultado. É indiscutível o papel central que as TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) assumem na sociedade dos dias de hoje – assumindo cada vez mais um carácter horizontal e um potencial estratégico para responder aos desafios societários que se colocam (a todos os níveis). Importa ter presente que o Estado determinou a extinção da FDTI e que a ANACOM abandonaram o projeto da Cybercentro (que juntamente com o Município fundaram a Cybercentro), não porque as TI deixassem de estar no eixo central das preocupações do Estado, mas precisamente porque se tornou importante desviarem as atenções para as novas tecnologias e o seu desenvolvimento a nível científico, como pressuposto de uma posterior disponibilização generalizada ao serviço dos cidadãos. A atual política do Estado, levada a cabo através da FCT, I.P. (Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.) assenta no objetivo estratégico de aumentar o financiamento público direto à I&D em TIC em 10% até 2020 sendo considerado tal investimento necessário ao desenvolvimento das novas tecnologias para, num segundo momento, poder colocar as mais valias que daí decorrem ao serviço dos cidadão (Cfr.: site da FCT - <https://www.fct.pt/dsi/idi/index.phtml.pt>). Os CyberCentros foram criados para funcionar como espaços de demonstração e prática das Tecnologias de Informação, comunicações e multimédia, destinados essencialmente à população jovem e estudantil, cabendo à Autoridade Nacional de Comunicações - ANACOM - e à FDTI a responsabilidade de gerir

estes espaços, em articulação com parceiros locais - Câmaras Municipais, Estabelecimentos de Ensino Superior, entre outros. (V. Descrição Sumária do Cybercentro-tipo em <https://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=13735> – site da ANACOM). Se olharmos comparativamente para uma e outra estratégia (a que esteve na origem dos Cybercentros e a estratégia atual do Estado) no que respeita às TI, facilmente chegamos à conclusão que assentam ambas em realidades de cada momento histórico, quer do desenvolvimento das TI, quer das necessidades da população em geral. Um projeto que se iniciou com três promotores públicos (ANACOM/FDTI/MG) permanece desde 2012 apenas com o MG – Município de Guimarães, que deixou de contar com o apoio financeiro dos promotores da Administração Estadual para sustentar as necessidades de investimento imprescindível ao acompanhamento da evolução das TIC. O abandono dos dois promotores públicos fundadores em toda a rede de Cybercentros a nível nacional traduziu a mudança de estratégia do Estado nesta matéria. Tendo deixado os promotores locais sozinhos, os Cybercentros fecharam na sua maioria, restando apenas em funcionamento os Cybercentros de Guimarães e Castelo Branco. A Cybercentro de Guimarães subsiste única exclusivamente com a sustentação do Município de Guimarães devendo a sua manutenção ser equacionada numa perspetiva de equilíbrio entre o benefício que leva à população jovem no panorama municipal existente por um lado e, por outro, as concretas necessidades de investimento para acompanhamento do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Impõe-se, pois, efetuar uma ponderação sobre o interesse público municipal na prossecução da atividade da Cybercentro de Guimarães, no quadro de um investimento financeiro que se impõe para acompanhamento do desenvolvimento das infraestruturas tecnológicas necessárias ao exercício



L1.

da sua atividade. O objetivo inicial da criação do Cybercentro encontra-se completamente ultrapassado com o acesso às TI, que está neste momento generalizado junto dos cidadãos e, de um modo particular, junto da população juvenil. Por outro lado, existem presentemente associações/instituições que oferecem os serviços que o Cybercentro presta na atualidade, como as escolas, universidades e outras associações, que têm uma relação de proximidade elevada para com os cidadãos. O investimento que seria necessário à inovação e utilização de novas tecnologias, de forma permanente é muito avultado, não detendo o Município vocação para tal investimento. Por outro lado, a associação Cybercentro não tem a estrutura que seria necessária para garantir um adequado acompanhamento e controlo de um investimento de tal índole já que, a partir do momento em que os dois promotores públicos cofundadores abandonaram o projeto, esta associação passou a ser controlada juridicamente por pessoas e entidades privadas. Na verdade, o Município de Guimarães não detém o controlo da Cybercentro, nem ao nível da eleição dos seus órgãos, nem ao nível dos associados. Em face do exposto, e tendo ainda em consideração a necessidade de eficiência na afetação de recursos destinados ao desenvolvimento social, económico, cultural e ambiental do Município, adotando um critério de viabilidade, sustentabilidade e racionalidade económico-financeira, impõe-se que se despolete o procedimento de extinção da Cybercentro, o que se pretende com a presente deliberação.

3.2. O Procedimento de dissolução - Conforme ficou expresso, o procedimento de dissolução da Cybercentro por iniciativa municipal está sujeito a uma tramitação que tem a sua génese na Câmara Municipal, é aprovada em Assembleia Municipal e decidida definitivamente em assembleia geral da Associação. Deveremos, pois, ter em consideração o regime estipulado no Código Civil (CC) para dissolução de uma associação

por deliberação dos associados e determinar, de seguida, o caminho a percorrer até à extinção definitiva da mesma, ou seja, a subsequente liquidação e sucessão dos bens. **3.2.1. A deliberação de dissolução em assembleia geral** - A deliberação sobre a dissolução da associação é matéria da competência exclusiva da assembleia geral de associados e deve ser tomada em assembleia geral extraordinária expressamente convocada para o efeito, com voto favorável de três quartos de todos os associados, a menos que os estatutos exijam um número de votos favoráveis superior (Art.ºs 172º, nº 2 e 175º, nºs 4 e 5 do CC). Tendo em consideração que dos estatutos da Cybercentro (Artigo 13º, nº 1 alínea j) e nº 2 dos Estatutos), consta que a maioria exigível para o efeito é *“dois terços dos votos expressos”*, vale aqui a maioria exigida nos referidos artigos 172º e 175º do CC, que consagram uma maioria qualificada agravada superior. Verificando-se que os estatutos atribuem aos associados Fundadores 2 (dois) votos em assembleia geral e aos Associados Aderentes 1 (um) voto, tendo em consideração que neste momento subsistem apenas 3 (três) associados, a deliberação de dissolução terá que obter o voto favorável da totalidade dos três associados (aqui de nada valendo ao Município de Guimarães deter dois votos, pois a maioria exigida na lei é em função do número de associados e não em função do número de votos). Assim, a posição que o Município de Guimarães assumir perante a dissolução não será nunca definitiva, ficando dependente da manifestação de vontade dos restantes associados. **3.2.2. A Liquidação** - Caso seja deliberada a dissolução, tendo em consideração que possui ativo e passivo, a Associação Cybercentro deve entrar em liquidação, ficando, nos termos do disposto no Art.º 184º do CC, os poderes dos seus órgãos limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários à liquidação e à conclusão de negócios pendentes. A fase da liquidação envolve todos os atos necessário à



L1.

m

realização do ativo e ao pagamento do passivo, propondo o Município de Guimarães o seguinte: **3.2.2.1. Nomeação de Liquidatário e fixação de prazo para a liquidação – a) – Liquidatários** - Propõe-se a nomeação de Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa e de João Miguel Castro Oliveira, para liquidatários da Cybercentro, os quais devem ficar investidos, em conjunto, dos poderes gerais de liquidação do ativo e do passivo da Associação, bem como dos poderes de administrar a atividade do estabelecimento da Associação durante o período de liquidação e, ainda, dos poderes especiais para a prática dos atos de representação em juízo e de transmissão dos bens, cumprindo as orientações constantes neste projeto. **b) - Prazo da liquidação** - A liquidação deve ser efetuada no prazo de um ano a contar da data em que a Associação se considere dissolvida, sem prejuízo da possibilidade de prorrogação nos termos legais. **c) Operações preliminares da liquidação** - No prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da deliberação de dissolução da Associação deverão ser organizados e aprovados os balancetes da contabilidade, que constituirão, para os efeitos da liquidação, os documentos de prestação de contas da Associação.

3.2.2.2. Destino a dar aos bens e contratos da Cybercentro - A liquidação da Cybercentro deve ser realizada com respeito pelos seguintes pressupostos: i. Preservação da reputação do Município de Guimarães perante os credores da Cybercentro, por forma a nunca colocar em causa o capital de confiança e de credibilidade que o Município detém; ii. Salvaguarda dos interesses dos trabalhadores – garantindo o cumprimento de todos os direitos legais que lhe são conferidos e privilegiando as soluções que garantam a estabilidade no emprego. **a) Ativo e Passivo** - No decurso do processo de liquidação do património da Cybercentro deve proceder-se ao levantamento exaustivo e rigoroso de todo o seu ativo e passivo, devendo apurar-se se existem bens que tenham

sido doados à Associação sobre os quais tenha sido imposto algum encargo ou que estejam afetos a um fim especial para efeitos de aplicação do Art.º 166º do CC. Caso não existam bens doados com encargos especiais, todo o ativo deverá ser vendido pelo seu justo valor para pagamento do passivo e, caso subsistam bens ou existam valores financeiros a crédito, os mesmos deverão reverter para o Município de Guimarães. Se se vier a verificar a subsistência de passivo, o Município de Guimarães assumirá a responsabilidade pelo seu pagamento caso o ativo não seja suficiente para o efeito. A Câmara Municipal de Guimarães cumprirá todos os passos de sujeição a fiscalização financeira externa, em especial a cargo do Tribunal de Contas, nos termos que decorram do enquadramento jurídico em vigor à data da prática dos atos conclusivos, e tendo em conta as instruções emanadas das autoridades competentes, administrativas e judiciais, para o cumprimento das regras aplicáveis. Presentemente o ativo e o passivo da Cybercentro é constituído pelos seguintes bens: **Ativo:** A Associação não possui bens imóveis (as suas instalações situam-se num imóvel pertencente ao Município de Guimarães), sendo apenas proprietária de um conjunto de móveis e de equipamentos informáticos e eletrónico que se encontra identificado no **ANEXO I** e de um veículo automóvel, marca Suzuki Swift, matrícula 74-HF-20. **Passivo:** Presentemente a Cybercentro apresenta o valor de € 23 054,39 de dívidas (incluindo fornecedores, trabalhadores, Estado e outros entes públicos e outras dívidas), conforme se encontra discriminado no **ANEXO II. b) Contratos em vigor - b.1) Contratos de Trabalho** - A Cybercentro possui presentemente um efetivo de recursos humanos de 5 (cinco) elementos, todos vinculados por contrato de trabalho por tempo indeterminado, sendo que um deles se encontra com o contrato suspenso, sem retribuição, exercendo atualmente funções no próprio Município de Guimarães. Tendo em consideração que a extinção da pessoa



11.

fu

coletiva empregadora, quando não se verifique a transmissão da empresa ou estabelecimento (como será o caso da Cybercentro), determina a caducidade dos contratos de trabalho (Art.º 346º, nº 2 do Código do Trabalho) e ainda que os Trabalhadores da Cybercentro que virem a sua relação laboral cessar por via da extinção desta entidade, não deterão qualquer posição de prevalência sobre os potenciais candidatos a um eventual concurso externo para recrutamento de pessoal que venha a ser aberto pelo Município de Guimarães ou qualquer outra entidade pública, pese embora a consagração do direito a uma compensação calculada nos termos do Art.º 366º do Código do Trabalho, pela qual responde o património da empresa (Art.º 346º, nº 5 do Código do Trabalho), **deve optar-se por uma solução que garanta a estabilidade do emprego, cumprindo todas as regras do domínio público e privado aplicáveis neste domínio.** Assim, tendo em consideração que os quatro trabalhadores que têm os seus contratos de trabalho em execução demonstraram a sua concordância nos termos dos “Contratos de Cessão de Posição Contratual” que se juntam como **ANEXO III, devem ser transferidos os contratos de trabalho respeitantes aos Trabalhadores, Sílvia Daniela de Araújo Silva, Júlia Alexandra Guimarães Fernandes, Nuno Miguel Araújo Carvalho Meireles e Pedro Miguel Melo Pereira, para as entidades identificadas em tais contratos, com salvaguarda de todos os direitos adquiridos pelos Trabalhadores, incluindo antiguidade.** Relativamente ao Trabalhador **Vítor Manuel Lobo Teixeira de Oliveira**, cujo contrato de trabalho não se encontra em execução por se encontrar suspenso ao abrigo de um acordo de suspensão, não se verificam os pressupostos de transmissão da posição contratual, pelo que o seu contrato de trabalho deve cessar por caducidade nos termos do disposto no Artigo 346º, nº 2 do Código do Trabalho, assistindo-lhe o direito a receber uma compensação calculada nos termos

legalmente estipulados. Desta forma ficam salvaguardados quer a estabilidade no emprego, quer todos os direitos adquiridos pelo Trabalhadores durante a vigência da sua relação laboral com a Cybercentro.

b.2) Outros Contratos: Deverão os Liquidatários, no decurso da liquidação, gerir todos os contratos em vigor, por forma a: a) Transferir para o Município de Guimarães a posição contratual da Cybercentro em todos os contratos cujo objeto seja do interesse municipal, assim reconhecido por esta entidade; b) Rescindir todos os contratos que, não se enquadrando na alínea anterior, também não sejam necessários no período de liquidação; c) Gerir até final os contratos que, sendo necessários no período de liquidação, possa ser invocada a sua caducidade durante tal período. **4.**

CONTENCIOSO - A Associação do Cybercentro de Guimarães não possui processo em contencioso. **5. IMPACTO FISCAL** - Os efeitos da dissolução e das operações decorrentes da liquidação nos termos projetados poderão conduzir à verificação de diversos atos tributários de impacto fiscal variável, que importa prever e acautelar. Sobre esta matéria foi solicitada a emissão de um parecer técnico a Dra. Sandra Amaral em pareceria com Dr. José Soares Roriz, da empresa Amaral & Associados, SROC, Lda, Revisores Oficiais de Contas, o qual foi emitido nos termos do documento que se fica anexo ao presente projeto como **ANEXO IV.** **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. O Presidente da Câmara e as Vereadores Adelina Paula Pinto e Sofia Ferreira não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, tendo o Vereador Ricardo Costa presidido à reunião até ter terminado a votação.** -----

ENTIDADES PARTICIPADAS – CONTRATO PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO A OFICINA – CENTRO DE ARTES E MESTERES TRADICIONAIS DE GUIMARÃES, CIPRL, PARA O ANO 2020, AO



11.

ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, COM AS ATUALIZAÇÕES VIGENTES, QUE REGULA A ATIVIDADE EMPRESARIAL LOCAL E O REGIME DAS PARTICIPAÇÕES LOCAIS - I. ENQUADRAMENTO PRÉVIO: 1. A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL (doravante **OFICINA**), é uma Cooperativa de Interesse Público, constituída no dia 14 de março de 1989, por iniciativa do Município de Guimarães (doravante **MUNICÍPIO**), aprovada em Assembleia Municipal de 19 de outubro de 1985, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/84, de 21 de janeiro; 2. O **MUNICÍPIO** é seu cooperante, e exerce sobre ela uma influência dominante por ser detentora da maioria dos seus títulos de capital. 3. Com a constituição da **OFICINA**, e delimitação do seu objeto social, o **MUNICÍPIO** transferiu a sua responsabilidade sobre a gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, atividade de interesse geral que a **OFICINA** tem vindo a desenvolver com reconhecido mérito, em benefício do Concelho de Guimarães. 4. A **OFICINA** tem vindo a exponenciar, com resultados visivelmente reconhecidos, a sua atividade em setores estratégicos como os serviços educativos, determinantes para a formação de públicos, de uma forma contínua crescente. 5. As evidências desses resultados são objetivamente demonstráveis pela verificação dos resultados positivos que a **OFICINA** tem vindo a alcançar quanto ao cumprimento irrepreensível das orientações estratégicas que o **MUNICÍPIO** lhe determina, bem como pelo retorno positivo manifestado pelas vozes do setor educativo que tem vindo a beneficiar do profissionalismo que a **OFICINA** imprime aos seus projetos. 6. O que motiva a intenção do **MUNICÍPIO** de promover o alargamento da externalização destes serviços, garantindo que os processos de gestão daquelas atividades se igualem equilibrados a par da qualidade dos processos de gestão da programação artística regular, que se manterá repartida pelas áreas do teatro, da música, da dança, das artes plásticas e

do cinema, nos vários equipamentos culturais, não obstante a perda dos apoios estatais àquelas estruturas. **II. DO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO:** 7. Com a entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, que procedeu à segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (doravante, a **LAEL**), e por força da introdução do n.º 3 no seu artigo 58.º, o disposto nos capítulos III e VI aplica-se, com as devidas adaptações, às régies cooperativas, ou cooperativas de interesse público, em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º, ainda daquele diploma. 8. Por força das recentes alterações promovidas às **LAEL**, pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, o disposto no n.º 1 do artigo 62.º, não é aplicável às entidades que exerçam, a título principal, as atividades de gestão de equipamentos e prestação de serviços na área da cultura, da educação, da ação social, do desporto e da ciência, inovação e tecnologia. 9. Sem prejuízo, a **OFICINA** cumpre as demais exigências legais, designadamente as que constam do artigo 47.º da **LAEL**. Assim, considerando que: 10. Todas as atividades promovidas pela **OFICINA** são atividades de interesse geral na área da cultura, nos termos da **LAEL**, e integram o âmbito das atribuições do **MUNICÍPIO**, nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais. 11. O contrato-programa, doravante o **CONTRATO**, nos termos da **LAEL**, deve definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais. 12. A celebração daquele **CONTRATO** é condição legal indispensável ao



11.

[Handwritten signature]

desenvolvimento da atividade da prestação de serviços de interesse geral, nos termos do artigo 47.º da LAEL, e as transferências de verbas do **MUNICÍPIO** para a **OFICINA** são fundamentais para que esta possa praticar ou adotar preços sociais pela venda dos serviços que presta aos seus utilizadores pela imposição do Município que se prende com as suas obrigações de serviço público. **III – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO PARA A APROVAÇÃO DE UM CONTRATO-PROGRAMA COM A COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO A OFICINA – CENTRO DE ARTES E MESTERES TRADICIONAIS DE GUIMARÃES, CIPRL, PARA O ANO 2020:** 1. Proponho, assente nas razões enunciadas nos pontos anteriores, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da LAEL, que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, para o ano 2020. 2. Simultaneamente, aprovar a minuta do respetivo contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Cooperativa de Interesse Público A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL, que, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 47.º da LAEL, titula a transferência da “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da cultura”, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas, nos termos previstos na alínea c), do nº 6 do artigo 25º do LAEL, bem como submeter tais documentos e anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do Artigo 47º da LAEL; Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa,

proponho: **1.** Aprovar que o produto proveniente da sua atividade e gestão, que inclui as taxas devidas pela utilização dos serviços constitui receita da Cooperativa de Interesse Público A Oficina – Centro de Artes e Mesteres Tradicionais de Guimarães, CIPRL; **2.** Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ripristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização prévia da Assembleia Municipal, de acordo com a informação financeira anexa. **3.** Por último, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a outorgar o aludido contrato-programa. Anexam-se: a referida minuta e os anexos que dele fazem parte integrante.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo. A Vereadora Adelina Paula Pinto não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da Cooperativa A Oficina. -----

PROTEÇÃO CIVIL – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DAS CALDAS DAS TAIPAS (AHBVCT) - APOIO AO DISPOSITIVO ESPECIAL DE COMBATE A INCÊNDIOS RURAIS (DECIR) –

Presente a seguinte proposta: “A Lei n.º 27/2006, de 3 julho, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, que determina que “a proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações



11.

[Handwritten signature]

de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram". Por outro lado, através da Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, diploma que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, é conferida aos municípios a competência e a autoridade máxima local para a coordenação de operações da Proteção Civil, no âmbito concelhio, através do Serviço Municipal da Proteção Civil (SMPC), tendo um papel importante e primordial no que respeita à articulação com todos os agentes de Proteção Civil, à identificação e prevenção de riscos e a operacionalidade dos meios. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas (AHBVCT) veio solicitar o apoio da autarquia para assegurar as equipas de intervenção reportadas ao CDOS (Comando Distrital de Operações de Socorro) - 1 Equipa de Combate a Incêndios e 1 Equipa Logística de Apoio ao Combate - a integrar o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), invocando, para o efeito, os seguintes motivos: Que o concelho de Guimarães regista o maior número de ignições de incêndios Rurais e que só o Corpo de Bombeiros (CB) das Caldas das Taipas faz parte integrante do DECIR; Que se o CB das Caldas das Taipas não assegurar este dispositivo, o Município de Guimarães será o único, quer ao nível Distrital, quer ao nível Nacional, a não fazer parte integrante do DECIR 2019. Que, de acordo com o artigo 2º da Secção I do Capítulo I da Diretiva Financeira de 2019, durante o período do DECIR são elegíveis as despesas com as Equipas de Intervenção e de conforme tabela de comparticipação 2 do anexo b o valor é de €50,00 diários, sendo as despesas com a alimentação da responsabilidade de cada elemento. Que aquele valor de €50,00 é mais baixo do que os valores que os bombeiros conseguem auferir em atividades profissionais distintas do ingresso no dispositivo e, como tal, têm dificuldade em recrutar bombeiros

com disponibilidade para ingressar no dispositivo; As equipas de intervenção têm como função garantir o ataque inicial, e que, fora das horas de descanso e intervenção, os seus elementos ocupam-se do reconhecimento das zonas mais sensíveis da sua área de atuação, mantendo contacto permanente com o seu CB e com a Sala Distrital de Operações e Gestão de Emergências do CDOS contribuindo, nesse sentido, para um combate mais rápido e eficaz dos incêndios rurais levando à diminuição das áreas ardidas. Neste contexto, e como conservar e proteger a floresta da sua principal ameaça - o fogo – tem sido uma preocupação constante do Executivo Municipal, submete-se à consideração superior que, ao abrigo das alíneas o) e u) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aprove a atribuição, à AHBVT, de uma verba de €11.900,00 para apoio na criação das equipas de intervenção.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AMBIENTE – SOCIEDADE PROTETORA DOS ANIMAIS DE GUIMARÃES -

ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Sociedade Protetora dos Animais de Guimarães (SPAG) é uma associação fins lucrativos, fundada em 11 de novembro de 1911, tendo por objetivo recolher animais abandonados, trata-los e providenciar a sua adoção. Esta associação tem vindo a colaborar com o Centro de Recolha Oficial, nos termos constantes da cláusula 4ª do Protocolo celebrado com o Município de Guimarães em 16 de abril de 2018, em anexo, assumindo as diversas atividades ali previstas. A SPAG veio agora solicitar o apoio da Câmara Municipal para comparticipação financeira das despesas com as diversas ações em curso e as previstas realizar, alegando dificuldades em suportar as respetivas despesas. Em conformidade com a cláusula 3ª do aludido Protocolo, pode o Município de Guimarães apoiar a SPAG nas iniciativas que esta levar a efeito. Considerando a importância do trabalho desenvolvido



L1.

pela SPAG, designadamente o tratamento dos animais traumatizados, as ações de sensibilização, o acompanhamento do programa CED (Captura. Esterilização e Devolução dos gatídeos), que implica um conjunto de despesas que a SPAG manifestou então ter dificuldades em sustentar; Considerando, também, por um lado, que o CRO não realiza atos ao nível cirúrgico de tratamento de animais com traumas, e, por outro, que até à data o Município não atribuiu qualquer apoio à SPAG, quer para esse efeito, quer para as restantes ações; Submete-se à consideração superior que, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33º da lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aprove a atribuição de um subsídio no valor de €5.000,00.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS - MUNDIFIOS - COMÉRCIO DE FIOS, S.A. – RATIFICAÇÃO – Presente, para ratificação, o contrato de concessão de benefícios tributários municipais, celebrado no passado dia 3 de setembro com a empresa Mundifios – Comércio de Fios S.A., em anexo, de acordo com informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, que igualmente se anexa. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 9 DE JUNHO DE 2014 COM A EMPRESA CANTARIAS BADIM, LDA – Presente a seguinte proposta: “A empresa Cantarias Badim, Lda., representada por António de Sousa Badim, na qualidade de gerente, vêm, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 20/03/2014 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 09/06/2014, requerer a redução do valor

inicialmente contratualizado, de €112.000,00 para €51.450,00 e bem assim a redução dos postos de trabalho de 3 para 1. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **22%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **Cantarias Badim, Lda.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 22 DE ABRIL DE 2017 COM A EMPRESA ABÍLIO SALGADO MENDES, LDA –
Presente a seguinte proposta: “A empresa **Abílio Salgado Mendes, Lda.**,



L1.

representada por Abílio Salgado Mendes, na qualidade de gerente, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 30/03/2017, requerer a prorrogação do prazo de implementação do projeto de 2 para 4 anos, mantendo-se no entanto, o mesmo n.º de postos de trabalho e investimento, inicialmente contratualizados. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **22%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **Abílio Salgado Mendes, Lda.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO

DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 09 DE FEVEREIRO DE 2018 COM A EMPRESA “ACR EUROPA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO INDUSTRIAL E DOMÉSTICO, LDA” – Presente a seguinte proposta: “A empresa “ACR EUROPA – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO INDUSTRIAL E DOMÉSTICO, LDA” representada por **ANTÓNIO JACINTO GONÇALVES TEIXEIRA**, na qualidade de procurador, vêm, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara de 7 de dezembro de 2017, e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 09/02/2018, requerer a prorrogação do prazo de implementação do projeto de 1 para dois anos, mantendo-se no entanto as restantes vertentes associados ao projeto e inicialmente contratualizadas. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **84%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa “**ACR EUROPA**



11.

– INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO INDUSTRIAL E DOMÉSTICO, LDA” nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 30 DE JUNHO DE 2014 E POSTERIOR ADENDA DATADA DE 11/12/2017 COM A EMPRESA TERRAPLANAGENS FALCÃO, LDA – Presente a seguinte proposta: “A empresa Terraplanagens Falcão, Lda., representada por Francisco Bruno da Silva Oliveira, na qualidade de gerente, vem, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 30/04/2014 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 30/06/2014 e posterior adenda datada de 11/12/2017, requerer a redução do valor de investimento inicialmente contratualizado de €400.000,00, para €226.750,26 e a redução dos postos de trabalho de 10 para 4. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **22%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2

do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **Terraplanagens Falcão, Lda.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017 COM A EMPRESA VELURA – TÊXTEIS UNIPESSOAL, LDA. – Presente a seguinte proposta: “A empresa **Velura - Têxteis Unipessoal, Lda.** representada por Otília Maria Ribeiro de Freitas, na qualidade de gerente, vêm, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 15/12/2016 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 24/02/2017, requerer a prorrogação do prazo de implementação do projeto (de 1 para 4 anos), mantendo-se, no entanto, as outras vertentes inicialmente contratualizadas. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais



11.

procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **56%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **Velura – Têxteis Unipessoal, Lda.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 24 DE OUTUBRO DE 2017 COM A EMPRESA TRAÇOS SINGELOS, LDA. –
Presente a seguinte proposta: “A empresa **Traços Singelos Lda.**, representada por Rui Miguel Ferreira Lusquinhos de Oliveira, na qualidade de gerente, vêm, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 19/10/2017 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 24/10/2017, requerer a redução do valor de investimento de €633.750,00 para €502.739,00 e dos

postos de trabalho de 2 para 1, mantendo-se no entanto o prazo de implementação definido no âmbito do contrato inicial. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **56%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **Traços Singelos, Lda.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 29 DE MARÇO DE 2017 COM A EMPRESA GUIMABOMBAS – IMPORTAÇÃO DE BOMBAS AUTOMEDIDORAS, LDA. – Presente a seguinte proposta: “A



11.

empresa **Guimabombas – Importação de Bombas Automedidoras, Lda.**, representada por António Carneiro Barbosa e Paula Cristina Fernandes barbosa, na qualidade de gerentes, vêm, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 16/03/2017 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 19/03/2017, requerer a prorrogação do prazo de implementação do projeto de 2 para 3 anos, mantendo-se o valor de investimento e postos de trabalho propostos no âmbito do contrato inicial. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **36%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **Guimabombas – Importação de Bombas Automedidoras, Lda.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se

aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – PEDIDO DE RENEGOCIAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS CELEBRADO EM 06 DE JUNHO DE 2017 COM A EMPRESA MARCANDE – PRODUTOS QUÍMICOS, LDA. – Presente a seguinte proposta: “A empresa **Marcande – Produtos Químicos, Lda.**, representada por Marcos Manuel Alves Mendes, na qualidade de gerente, vêm, no âmbito da candidatura aprovada por deliberação de Câmara a 25/05/2017 e subsequente aprovação do Projeto Económico de Interesse Municipal, cujo contrato foi celebrado em 06/06/2017, requerer a prorrogação do prazo de implementação do projeto de 1 para 2 anos, mantendo-se o valor de investimento e postos de trabalho propostos no âmbito do contrato inicial. Nos termos do art.º 14.º do Regulamento de Projetos Económicos de Interesse Municipal (RPEIM), é possível a renegociação dos contratos de concessão de benefícios tributários municipais. Ao abrigo do art.º 7º do RPEIM, os serviços municipais procederam à avaliação do pedido, considerando os novos pressupostos apresentados e concluíram que se enquadra nos pressupostos do Regulamento Municipal, e determinado a percentagem de **36%**, de acordo com o somatório das classificações obtidas para benefícios fiscais contratuais ao investimento. O RPEIM prevê, no n.º 5 do art.º 5.º, no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se, assim, em conformidade com o disposto no nº 5, do art.º 10º do RPEIM, que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal



1.

a renegociação do contrato PEIM apresentado pela empresa **Marcande – Produtos Químicos, Lda.**, nos termos da informação dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Económico, em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta da adenda ao contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo (**doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

EDUCAÇÃO – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ESCOLAS – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS SECUNDÁRIAS DO CONCELHO – Presente a seguinte proposta: “Considerando que o Orçamento Participativo é um instrumento de participação dos cidadãos nas democracias ocidentais modernas, sociedades com estruturas de governação que integram os cidadãos nos seus processos decisórios e prestam contas da sua atividade, contribuindo decisivamente para adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, melhorando a sua qualidade de vida das populações e promovendo o exercício da cidadania informada, ativa e responsável; Considerando que o Orçamento Participativo das Escolas deve ser um processo dinâmico, que permita acolher as expectativas dos alunos no processo de tomada de decisão, bem como adequar a metodologia utilizada às características e necessidades de cada uma das comunidades escolares do concelho de Guimarães; A Câmara Municipal de Guimarães envolveu os agrupamentos escolares e as escolas secundárias numa ampla discussão sobre a metodologia e na implementação do Orçamento Participativo em contexto escolar. Partindo da experiência adquirida durante o processo, entende-se que uma maior envolvência da comunidade escolar de cada um dos projetos que se pretende implementar é essencial para o sucesso da

iniciativa, promovendo uma cultura de proximidade dentro de toda a comunidade escolar, com especial ênfase nos alunos. A adequação do calendário de implementação dos projetos ao calendário de atividades letivas, em conjunto com o envolvimento dos alunos, os principais promotores dos projetos, são elementos essenciais para uma participação cívica mais intensa. Assim face a estes fundamentos, propõe-se, ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal apoie os projetos mais votados em cada um dos agrupamentos, mediante a atribuição de uma verba no montante correspondente ao valor apresentado em cada uma das propostas vencedoras, a entregar a cada um dos agrupamentos de escolas e escolas secundárias, conforme a seguir discriminado: -----

Escolas	Designação	Valor a transferir (€)
Escola Secundária Martins Sarmiento		
Escola Secundária Martins Sarmiento	Bancada Verde	9 500,00 €
Total		9 500,00 €
Agrupamento de Escolas de Briteiros		
Agrupamento de Escolas de Briteiros	Sol, Fonte de Energia	12 000,00 €
Total		12 000,00 €
Agrupamento de Escolas de Pevidém		
Agrupamento de Escolas de Pevidém	Agrupamento de Escolas de Pevidém - Turma 8ºB da EB 2,3 de Pevidém - "Escola + Verde"	12 100,00 €
Total		12 100,00 €
Agrupamento de Escolas Mário Cardoso		
Escolas Prazins Santo Tirso / Ponte/Corvite/Cerca do Paço	Aprender com a Biblioteca	12 000,00 €
Total		12 000,00 €
Agrupamento de Escolas João de Meira		
Escola Sede	Reestruturação da sala autossustentável do Clube de Robótica (AE Professor João de Meira).	2 000,00 €
Escola São Roque	Proteção solar térmica (AE Professor João de Meira).	2 500,00 €
Escola Oliveira do Castelo	Recreio com... vida (AE Professor João de Meira).	6 000,00 €
Total		10 500,00 €



Agrupamento de Escolas de Abação		
Agrupamento de Escolas de Abação	Em Abação, Gás, Não!!	9 780,00 €
Agrupamento de Escolas de Abação	Vamos Medir?	2 100,00 €
Total		11 880,00 €
Agrupamento de Escolas Virgínia Moura		
Escolas 1º ciclo	1º CEB: Na horta também se aprende	4 000,00 €
Agrupamento de Escolas Virgínia Moura	1º CEB: Na horta também se aprende/ 2º e 3º CEB: Requalificar/ampliar o espaço verde da escola	8 500,00 €
Total		12 500,00 €
Agrupamento de Escolas Francisco de Holanda		
EB1 Pegada	A gota de água Poupada! - Pegada	5 000,00 €
EB 2,3 Egas Moniz	A gota de água Poupada! - Egas Moniz	3 000,00 €
Total		8 000,00 €
Agrupamento de Escolas Fernando Távora		
Agrupamento de Escolas Fernando Távora	Painéis Fotovoltaicos - energia elétrica a partir da energia solar - AE Escolas Arq. Fernando Távora	10 650,00 €
Total		10 650,00 €
Total Global		99 130,00 €

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

EDUCAÇÃO – ORGANIZAÇÃO DE ESTUDANTES BEST PORTO DA FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO PORTO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Organização de Estudantes Best Porto da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos estudantes entre os dias 30 de agosto e 02 de setembro, no concelho de Guimarães. Considerando que se trata de deslocações no âmbito da realização do Intercâmbio Cultural Europeu e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 28 de agosto de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de

trabalho extraordinário e ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – JULHO DE 2019 - Presente a seguinte informação:

“Por deliberação de 3 de janeiro de 2019 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.”

O referido mapa contendo os apoios concedidos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – AGOSTO DE 2019 - Presente a seguinte

informação: “Por deliberação de 3 de janeiro de 2019 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.”

O referido mapa contendo os apoios concedidos dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



11.

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS – Presente a seguinte informação: “Foram rececionadas na Divisão de Ação Social três candidaturas para apoio na aquisição de eletrodomésticos. Após análise das mesmas e subsequentes estudos efetuados pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica dos agregados familiares, bem como o valor respetivo das comparticipações a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento P/Capita	Subsídio a atribuir
189718862/19	Urgezes	€124,29	€219,90
214426831/19	Azurém	€138,16	€279,00
140764542/19	Corvite	Negativo	€215,00

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a concessão deste apoio aos requerentes, cujo valor total se estima em **€713,90** (setecentos e treze euros e noventa centimos).” **DELIBERADO APROVAR POR UANIMIDADE.** ----

AÇÃO SOCIAL – CANDIDATURA FINANCIADA NO ÂMBITO DO AVISO N.º POISE-33-2018-06 - PROJETO DE MEDIADORES MUNICIPAIS E INTERCULTURAIS (RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO ANTERIOR) – Presente a seguinte proposta: “A 2 de agosto de 2018 foi aprovada pelo Executivo Municipal a submissão de uma candidatura ao Projeto “Mediadores Municipais e Interculturais”, publicada pelo Alto Comissariado para as Migrações – ACM, por via do aviso n.º POISE-33-2018-06 – 3.09 – Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais, com o apoio do Portugal 2020 e do Fundo Social Europeu, tendo por base os desígnios estratégicos do Município de Guimarães, bem como as atividades desenvolvidas pelos

Gabinetes de Apoio à População Migrante, nomeadamente, o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM). Pretende-se conceber um documento integrado da gestão dos fluxos migratórios, enquanto contributo para o desenvolvimento local e para o fortalecimento das dinâmicas sociais, que incorpore estratégias que garantam uma atuação concertada do conjunto das diferentes instituições que, formal ou informalmente, atuem na área das migrações, tendo em vista uma práxis transformadora nas políticas de acolhimento e na integração de migrantes em Guimarães. Estas candidaturas são apresentadas obrigatoriamente em parceria, neste caso com a Associação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Ave (adiante apenas Sol do Ave), e a candidatura em assunto mereceu um parecer favorável de financiamento. À Câmara Municipal de Guimarães, enquanto entidade coordenadora da parceria, foi atribuído o montante de €158.278,61, cabendo-lhe a articulação, quer com o ACM, I.P, enquanto Organismo Intermédio, quer com as várias entidades parceiras, e competindo-lhe igualmente assegurar a distribuição pelos parceiros dos montantes atribuídos. Para a Sol do Ave, na qualidade de entidade parceira e beneficiária, foi aprovada uma verba de €179.202,44, 85% dos quais financiados por via desta candidatura, devendo, portanto, ser transferida pela Câmara a verba de €152.322,07, por adiantamento, bimestralmente, no âmbito da execução das atividades que competem à Sol do Ave, e nos termos do memorando de entendimento da candidatura. Por outro lado, compete ainda à autarquia disponibilizar uma verba de €26.880,37, correspondentes a 15% da contrapartida nacional do orçamento que compete à Sol do Ave. Esta verba, que se consubstancia na atribuição de um subsídio, deve ser transferida em três fases, no final de cada ano de execução do projeto em apreço, ou seja, de 2019 a 2021. Assim, encontrando-se aprovada a candidatura nestes termos é agora necessário



11.

retificar a deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 2 de agosto de 2018, no sentido de que: - a verba de **€152.322,07**, aprovada naquela candidatura para a Sol Do Ave, será adiantada bimestralmente pelo Município (cada transferência deverá corresponder a dois meses do orçamento atribuído a esta Associação), que depois apresenta as despesas ao ACM, I.P, para o respetivo reembolso, valor que será repartido por três anos da seguinte forma: **2019: €50.774,02; 2020: €50.774,02; 2021: €50.774,02.** - por outro, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 73/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de um subsídio correspondente à verba de **€26.880,37**, à Sol do Ave, correspondente a 15% da contrapartida nacional do orçamento da Sol do Ave, que será transferida anualmente para aquela entidade, repartida da seguinte forma: **2019: €8.960,12; 2020: €8.960,12; 2021: €8.960,12.** À consideração superior." O Memorando dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS RESPEITANTES A UM RAMAL DE SANEAMENTO E RESPETIVA TARIFA DE LIGAÇÃO – Presente a seguinte proposta: "Foi recebida na Divisão de Ação Social uma candidatura para efeitos de apoio no pagamento da despesa referente a um ramal de água e saneamento e respetiva tarifa de ligação. Após análise desta candidatura e subsequente estudo socioeconómico efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida alguns dados de caracterização do agregado familiar, bem como o valor da respetiva comparticipação a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento P/ Capita	Valor a Atribuir
150163550/19	Fermentões	€188,47	€726,53

Comprovada a precariedade económica do agregado familiar, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, submete-se, para aprovação, a atribuição de um subsídio, à requerente, no valor total de **€726,53** (setecentos e vinte e seis euros e cinquenta e três cêntimos) ao abrigo da alínea b) do art.º 2.º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – GRUPO ENCONTRO DE SABERES - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Encontro de Saberes solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos idosos no dia 16 de julho, a Santo Tirso. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 18 de julho de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – GRUPO ENCONTRO DE SABERES - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Encontro de Saberes solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos idosos no dia 24 de julho, a Viana do Castelo. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 18 de julho de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios,



L.

pr

submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES) - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta:

“A Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Guimarães) solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos voluntários e colaboradores. no dia 22 de setembro, a Braga. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito do 2º Encontro Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 18 de julho de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – NÚCLEO REGIONAL DO NORTE DA LIGA PORTUGUESA CONTRA O CANCRO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte

proposta: “O Núcleo Regional do Norte da Liga Portuguesa Contra o Cancro solicitou a colaboração do município, através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte do grupo de senhoras para efetuarem um rastreio do cancro da mama nos dias 16 e 26 de setembro, no Porto. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da Liga Portuguesa, a qual apoia e dinamiza ações de prevenção contra o cancro e tem o propósito de rastrear o cancro da mama e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 2 de agosto de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à

aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – SOCIEDADE PORTUGUESA DE MEDICINA INTERNA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A

Sociedade Portuguesa de Medicina Interna solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos delegados internacionais, nos dias 2, 3 e 4 de abril de 2020, entre o Centro Cultural Vila flor e a Pousada de Santa Marinha da Costa. Considerando que, se tratam de deslocações no âmbito da realização do Congresso de Autoimunidade que decorrerá em Guimarães e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 16 de agosto de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e de trabalho extraordinário aos motoristas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE GUIMARÃES - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos utentes do Lar Alecrim, no dia 12 de agosto, ao Porto. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 23 de julho de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



CULTURA – CONTRATO DE DEPÓSITO - CARTAS DE LUÍS CARDOSO MARTINS DA COSTA MACEDO, 1º CONDE DE MARGARIDE, PARA ANTÓNIO MARIA FONTES PEREIRA DE MELO – Presente a seguinte proposta: “De acordo com o nº 1, do artigo nº 8 “Recolha de documentação de âmbito concelhio”, do Regulamento de Organização e Funcionamento dos Arquivos da Câmara Municipal de Guimarães, podem dar entrada no Arquivo Municipal, a título de depósito, os documentos de outros organismos, pessoas ou serviços, respeitantes à documentação produzida no concelho de Guimarães. Assim sendo, dado o interesse histórico e patrimonial das 7 (sete) cartas de Luís Cardoso Martins da Costa Macedo (1836-1919), 1º Conde de Margaride (1836-1919) para António Maria Fontes Pereira de Melo (1819-1887), referentes aos incidentes entre Braga e Guimarães, entre 1885-1886, que serão depositadas por Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aceitar este contrato de depósito.” A minuta do contrato de depósito dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Bruno Fernandes e Ricardo Araújo apresentaram **declaração de voto**, que foi ditada para a ata pelo Vereador André Coelho Lima, cujo teor a seguir se transcreve: “Tivemos conhecimento de que estas sete cartas foram adquiridas em leilão por um descendente do Conde de Margaride, Luís Miguel Pulido Garcia Cardoso de Menezes, para serem posteriormente oferecidas ao Município. É-lhe, pois, devida uma nota de congratulação e agradecimento, pois uma coisa é dar-se o que tem, outra coisa é adquirir-se para oferecer ao Município. É certo que com esta atuação está a homenagear o ascendente falecido, mas não deixa de ser um empenhamento patrimonial próprio para disponibilizar ao Município algo que é da história da cidade e do país”. -----

CULTURA – 20º ANIVERSÁRIO DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO - ACORDO DE PARCERIA INSTITUCIONAL – Presente a seguinte proposta: “Criado pelo Decreto-Lei n.º 186- A/99 de 31/5/99, o Tribunal da Relação de Guimarães celebra no corrente ano o seu 20º Aniversário. Em 2001, o Tribunal foi instalado na designada Casa dos Coutos, no Largo João Franco - em pleno Centro Histórico - por decisão do Ministério da Justiça, publicada no Diário da República - I Série - D.L. 339/2001 de 27/12, na sequência do acordo então alcançado com a Câmara Municipal de Guimarães tendo em vista a sua cedência para instalação do Tribunal. Trata-se de uma casa seiscentista que foi Paço Episcopal, comprada pelo Arcebispo de Braga, irmão do Rei D. João V, e que, após obras de beneficiação, passou a ser a residência do Primaz de dezembro de 1746 até janeiro de 1749, altura em que retomou residência em Braga. Vendida posteriormente à família dos Coutos, por esta casa passaram, até ao séc. XX, quatro gerações desta família. Em consequência do abandono a que foi votada após ter deixado de ser habitada, nos inícios do séc. XX, a Casa veio a ser adquirida em 1998 pela Câmara Municipal de Guimarães, que procedeu seguidamente ao seu restauro integral, aproveitando-se o mais possível os elementos originais e mantendo-se a sua traça com amplos espaços internos, de molde a poder nela ser instalado este Tribunal Superior. Neste contexto justifica-se que, no ano em que celebra o 20º aniversário da sua criação, a efeméride seja assinalada com a publicação de uma obra que verse, não apenas a história e ação do Tribunal da Relação de Guimarães, mas também o processo que conduziu à aquisição e restauro da Casa dos Coutos, a sua sede. Assim, considerando o inequívoco interesse público de que se reveste a edição da referida obra, proponho, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a celebração de um Acordo de Parceria Institucional com o Tribunal da



11.

fu

Relação, nos termos da minuta anexa.” A minuta do acordo de parceria dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - FESTAS DE INTERESSE CONCELHIO 2019 - ALTERAÇÃO DE

ENTIDADE BENEFICIÁRIA – Presente a seguinte proposta: “No passado dia 28 de fevereiro, no âmbito da atribuição de apoios financeiros a festas de interesse concelhio, deliberou a Câmara Municipal atribuir um subsídio de €1.000,00 à Irmandade de Nossa Senhora da Luz – Creixomil com vista à realização da edição de 2019 das Festas de Nossa Senhora da Luz. Sucede que, entretanto, foi formalmente constituída a Comissão de Festas de Nossa Senhora da Luz, razão pela qual a referida Irmandade solicita que o subsídio deliberado seja pago à referida entidade. Considerando que a alteração que nos é solicitada não desvirtua o objeto da deliberação, proponho que a mesma seja deferida, ou seja, que o montante de €1.000,00 destinado a apoiar a realização da edição de 2019 das Festas de Nossa Senhora da Luz seja pago à Comissão de Festas de Nossa Senhora da Luz.” **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - GUIMARÃES NOC-NOC 2019 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –

Presente a seguinte proposta: “O sucesso e impacto da primeira edição do Guimarães Noc Noc, em 2011, surpreenderam todos os envolvidos e toda a cidade, constituindo uma prova irrefutável de como as boas ideias, a capacidade de iniciativa e a criatividade se podem traduzir em iniciativas mobilizadoras, transversais e marcantes na nossa memória coletiva. Antecipando o ano em que seria Capital Europeia da Cultura, Guimarães demonstrava de forma inequívoca que o envolvimento e a participação dos cidadãos são motores de transformação da cidade e da sociedade, da paisagem e das mentalidades. As sucessivas edições do Noc-Noc continuaram a atrair a participação de um significativo número de artistas e

amigos das artes de todo o país, evidenciando a iniciativa uma crescente capacidade de atração de Guimarães gerada pelo investimento na cultura e nas artes. No corrente ano, a Ó da Casa! Associação Cultural, volta a organizar o Guimarães Noc Noc, mantendo o perfil de mostra informal que convida artistas de todas as disciplinas a exibirem o seu trabalho na cidade e que abre portas públicas e particulares para celebrar aquele que já é um marco na programação cultural de Guimarães, bem como uma referência nos circuitos artísticos e culturais nacionais e internacionais. Desde a primeira edição que a organização conta com uma equipa de cerca de 100 voluntários que ajudam a concretizar a mostra a cada primeiro fim de semana de outubro. Em média, 500 artistas apresentam o seu trabalho em 70 espaços autopropostos, e mais de 30 000 pessoas visitam e participam neste evento. O selo EFFE (Europe for Festivals Festivals for Europe), que é atribuído ao Guimarães Noc Noc desde 2015, coloca Guimarães no roteiro dos melhores festivais europeus e comprova a sua importância para a comunidade artística e rede institucional cultural. Assim, considerando que, por tudo o que representa, a iniciativa conquistou junto da sociedade e da comunicação social um lugar de destaque, constituindo desta forma uma oportunidade para os artistas e para o público que importa preservar, bem como um momento muito relevante de afirmação cultural de Guimarães, proponho, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Ó da Casa! Associação Cultural, de um subsídio de €10.000,00 destinado a compartilhar nos custos de produção e organização do Guimarães Noc Noc 2019, agendado para o primeiro fim de semana de outubro de 2019. Proponho, ainda, que a Câmara Municipal colabore com a iniciativa em apreço através da cedência de apoio logístico (incluindo o trabalho extraordinário que o mesmo possa implicar), cedência de espaços,



11.

colaboração na comunicação e apoio nas dormidas, através do protocolo existente para utilização da Pousada da Juventude.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA - CINECLUBE DE GUIMARÃES – XXXI EDIÇÃO DO “CINEMA EM NOITES DE VERÃO” E 4ª EDIÇÃO DE “AS CANÇÕES E OS FILMES” – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS – Presente a seguinte proposta: **“XXXI CINEMA EM NOITES DE VERÃO** - “Cinema em Noites de Verão” é uma iniciativa do Cineclube de Guimarães que contou desde sempre com o apoio financeiro e logístico da Autarquia, e que, apesar de ter assinalado este ano a sua 31ª edição consecutiva, mantém e reforça consistentemente, em resultado de programações de grande qualidade, a sua capacidade de atração de públicos para o Cinema, num ambiente informal e de acesso livre. Assim, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, ao Cineclube de Guimarães, de um subsídio de €10.000,00, destinado a comparticipar nos custos de organização do XXXI Cinema em Noites de Verão, decorrido no Largo da Oliveira no corrente mês de agosto.

4ª edição de “AS CANÇÕES E OS FILMES” - O cinema traz-nos à memória múltiplas imagens. No entanto, estas recordações nem sempre são puramente visuais, pois transportam consigo sons, a maioria dos quais excertos de bandas sonoras que integram os filmes. É por este motivo que muitos destes temas musicais são também parte da nossa formação cinéfila. Esta razão explica a grande popularidade de muitos filmes, que, em alguns casos, ficam sempre na sombra das suas bandas sonoras. A iniciativa, As Canções e Os Filmes, é dedicada não às canções em geral, mas à sua expressão pop, a qual, a partir da década de 1950, vem acompanhando inúmeros filmes e cuja importância na estrutura narrativa é inquestionável.

Esta 4ª edição de As Canções e os Filmes, organizada pelo Cineclube, com o apoio da Câmara Municipal de Guimarães, à semelhança dos anos anteriores, foi constituída por um conjunto de temas icónicos de obras cinematográficas de diferentes géneros e épocas. Assim, em reconhecimento da importância do evento no calendário cultural de Guimarães, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, ao Cineclube de Guimarães, de um subsídio de €2.750,00, destinado a compartilhar nos custos de organização da 4ª edição de “AS CANÇÕES E OS FILMES”, decorrido no Largo da Oliveira no corrente mês de agosto, bem como a disponibilização, por parte do Município, de apoio logístico para a colocação de palco, ecrã e cadeiras, pressupondo o pagamento do trabalho extraordinário implicado no referido apoio.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – CAPIVARA AZUL - PROJETO MÚSICA MÁGICA - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “No quadro dos concertos de Natal promovidos pela Câmara Municipal em 2018, foi encetada uma parceria com a associação Capivara Azul com vista à apresentação do projeto Música Mágica, um concerto para o Órgão Ibérico da Igreja da Nossa Senhora da Oliveira. Para isso, foi lançado o desafio a dois músicos contemporâneos – com conhecimento de música litúrgica – para fazerem uma residência em Guimarães e criarem uma obra de raiz com o instrumento da igreja acima referida. Os músicos Pedro Augusto e Sérgio de Bastos aceitaram o desafio. Acrescente-se que, dado o caráter único do espetáculo e do processo de criação que lhe deu origem, foi dada a oportunidade a jovens estudantes de órgão da Academia de Música Valentim Moreira de Sá de participarem do processo. Foi igualmente por se tratar de um projeto inovador no quadro das criações artísticas com origem



L1.

em Guimarães que a Capivara Azul se propõe agora publicar em livro o projeto e a peça musical escrita, bem como promover a sua disponibilização digital e a edição do documentário de todo o processo, desde a sua conceção até à apresentação pública. Considerando o interesse público de que se reveste esta iniciativa, por documentar um processo criativo original, partilhado e que deu origem a uma nova obra musical, proponho, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à associação Capivara Azul, de um subsídio de €3.500,00, destinado a compartilhar nas despesas de publicação em livro do projeto Música Mágica, da sua disponibilização digital e da edição do documentário de todo o processo, desde a sua conceção até à apresentação pública.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – IRMANDADE DE SÃO TORCATO - ACESSIBILIDADES DO SANTUÁRIO DE SÃO TORCATO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “Desde de sempre o Santuário de São Torcato é, ao longo do ano, um local de visita e peregrinação constante de milhares de pessoas (que se estima em mais de 500 000 por ano). A origem destes peregrinos é muito diversa e atinge todos os continentes, como comprova o livro de registos do Santuário, que os peregrinos podem subscrever livremente. O facto de o Santuário, os seus parques e espaços envolventes serem o palco, por excelência, de utilização em inúmeros eventos culturais, amplifica o propósito e a necessidade de um projeto, já encetado pela Irmandade de São Torcato, que vise tornar mais acessível o Santuário e a sua envolvente, um dos mais importantes pontos turísticos e culturais da região. A promoção da acessibilidade constitui uma condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania de acordo com a constituição Portuguesa. As pessoas com mobilidade limitada ou reduzida esperam

respostas da sociedade e que empreguemos todos os possíveis instrumentos ao serviço desse desiderato. Tendo, ainda, em equação o aumento da esperança de vida da população, torna-se imperioso atender a esta nova realidade que exige necessariamente, de todos nós, adaptações e alterações à forma como vemos e desenhamos as acessibilidades. Neste contexto, a Irmandade de São Torcato, com o apoio do Município, iniciou, no presente ano, um projeto de requalificação das acessibilidades do Santuário. Esta 1ª fase, orçada em €25.000,00, contemplou a colocação de faixas de piso em pedra que facilitam a mobilidade, o rebaixamento de degraus e a colocação de rampas de acesso no exterior do templo. Pretende agora a mesma entidade, com a 2ª fase do projeto, colocar um elevador panorâmico que permita o acesso ao adro do santuário. Este equipamento será colocado junto à entrada lateral do Santuário que confronta com a Rua Arq. Cesário A. Pinto, onde se localizam os parques de estacionamento do Santuário para autocarros e demais veículos. A colocação do elevador permitirá a todos quantos visitam um acesso facilitado e simples ao adro e ao interior do Santuário. De referir que este projeto está, ainda, integrado na candidatura de elevação do Santuário de São Torcato a Basílica. A Irmandade de São Torcato está a ultimar esta candidatura que será submetida em meados do próximo ano e irá consagrar uma reivindicação e um direito histórico. Considerando o interesse de que se reveste esta iniciativa, por promover a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada a um dos edifícios mais procurados por turistas e peregrinos, proponho, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, à Irmandade de São Torcato, de um subsídio de €25.000,00, destinado a compartilhar nas despesas de implementação do projeto de melhoria das acessibilidades do Santuário de São Torcato, consistindo na



11.

aquisição de um elevador panorâmico que permita o acesso ao adro do santuário. A ser aprovado, o subsídio será pago após requerimento da entidade e mediante a realização de auto de medição pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – IRMANDADE DE SÃO NICOLAU - RESTAURO DA CAPELA DE SÃO

NICOLAU – ATRIBUIÇÃO DE APOIO – Presente a seguinte proposta: “A Irmandade de São Nicolau solicitou o apoio desta Câmara Municipal para obras de requalificação e restauro da Capela de São Nicolau, de forma a evitar a sua degradação e dota-la de maior dignidade, visibilidade pública, com o manifesto interesse que tem do ponto de vista patrimonial e turístico. A Capela de São Nicolau, devido à sua localização, pode ser entendida como património cultural da cidade, que é visitada anualmente por milhares de pessoas, e que pode constituir, enquanto edificação enquadrada no perímetro do Centro Histórico classificado como património Cultural da Humanidade pela UNESCO, património a conservar. Para o efeito, solicitaram um apoio no valor de €15.000,00 (quinze mil euros), apresentaram orçamento, o qual foi analisado e validado pelo Departamento Obras Municipais e pela Divisão do Centro Histórico. Assim, tendo em conta o interesse e importância patrimonial da Capela, **submete-se à aprovação do executivo camarário a atribuição de um subsídio à Irmandade de São Nicolau, no valor de €15.000,00 (quinze mil euros),** para a obra acima identificada. O presente apoio é proposto, ao abrigo do disposto na alínea t) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. A ser aprovado, a verba em apreço será paga mediante a realização de autos de medição por parte do Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA DA MARCHA GUALTERIANA – CEDÊNCIA DE VIATURAS – Presente a seguinte proposta: “A Associação

Artística da Marcha Gualteriana solicitou a colaboração do município através da cedência das viaturas 60-42-GZ, QD-43-21, 44-33-AO, 33-BB-09 e QP-23-20, para efetuar a montagem e integração no desfile, para o período de 2 a 6 de agosto. Considerando que se trata da preparação e integração no desfile da “Marcha Gualteriana”, que tem como objetivo dar às “Festas da Cidade e Gualterianas” a projeção exigida, e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 18 de julho de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – “REHAB 2019 – 4TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON PRESERVATION, MAINTENANCE AND REHABILITATION OF HISTORICAL BUILDINGS AND STRUCTURES” - CEDÊNCIA DE DOIS AUTOCARROS –

Presente a seguinte proposta: “No âmbito da “REHAB 2019 – 4th International Conference on Preservation, Maintenance and Rehabilitation of Historical Buildings and Structures” que decorre em Guimarães de 17 a 19 de julho, será necessário assegurar o transporte dos participantes, no dia 18 de julho, entre o Palácio Vila Flor e a Pousada de Santa Marinha da Costa. Considerando que se trata da realização da 4ª Conferência, organizada pelo “Green Lines Institute for Sustainable Development”, que pretende prosseguir com a discussão sobre o património construído e a preservação do seu legado, nomeadamente a conservação de construções históricas (paisagens construídas, tecidos urbanos, edifícios, obras de engenharia) como parte do património cultural e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 18 de julho de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição



L1

deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário aos motoristas.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – GRUPO FOLCLÓRICO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE CONDE S. MARTINHO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte proposta: “O Grupo Folclórico da Associação Cultural e Recreativa de Conde S. Martinho solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos membros do grupo, nos dias 19 e 27 de agosto, entre o Aeroporto Francisco Sá Carneiro e Guimarães. Considerando que se trata de deslocações que visam a deslocação à Madeira em representação do Folclore Baixo Minho-Ave e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 20 de agosto 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO - FEDERAÇÃO DE GINÁSTICA DE PORTUGAL - REALIZAÇÃO DA TAÇA DO MUNDO DE GINÁSTICA ARTÍSTICA EM GUIMARÃES –

Presente a seguinte proposta: “A Ginástica Artística Masculina e Feminina são disciplinas gímnicas que encontram numerosos praticantes e adeptos em todo o mundo, produzindo espetáculos de rara beleza visual e valia técnica, muito apreciados pelo público em geral, o que é revelado, por exemplo, através dos níveis de audiência televisiva das transmissões de competições de Ginástica, designadamente no âmbito dos Jogos Olímpicos. A Federação de Ginástica de Portugal, dotada de utilidade pública desportiva, tem feito uma forte aposta na área competitiva, o que permitiu aos nossos ginastas, na Ginástica Artística Masculina e Feminina alcançar, recentemente,

resultados históricos em competições internacionais. O Município de Guimarães dispõe atualmente de um dos melhores espaços de prática de Ginástica a nível europeu, a recentemente inaugurada Academia de Ginástica, e um Pavilhão Multiusos apto para colher os maiores eventos desportivos, tendo sido já palco, no passado, de algumas competições gímnicas internacionais com grande sucesso. As excelentes condições que Guimarães oferece devem não só ser usufruídas e aproveitadas pelo público e desportistas do Concelho, como tornadas conhecidas no mapa da ginástica internacional, trazendo ao município e ao nosso país a elite dos representantes da modalidade ao nível mundial. As edições da Taça do Mundo em 2010, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2018, constituíram um enorme sucesso nos aspetos desportivos e económicos, tendo trazido a Portugal um conjunto muito significativo de países e de grandes nomes do desporto mundial, entre os quais Campeões Olímpicos, Mundiais e Europeus e possibilitado a promoção da localidade em Portugal e em todo o Mundo. Reconhecendo a importância da organização de grandes eventos como fator de desenvolvimento da modalidade, na promoção do Município de Guimarães enquanto destino turístico e desportivo e na promoção de estilos de vida ativa e saudável, a Câmara Municipal de Guimarães associa-se, em regime de parceria, à Federação de Ginástica de Portugal, na organização na **Taça do Mundo de Ginástica Artística Masculina e Feminina de Guimarães 2019**, competição a realizar sob a égide da Federação Internacional de Ginástica. Está prevista a participação de cerca de 500 atletas oriundos de 40 países diferentes, com transmissão televisiva garantida para Portugal (através da RTP), toda a América do Sul, Estados Unidos, China, Japão, Rússia, Roménia e Austrália, o que constituirá um importante fator de promoção de Guimarães a nível mundial. 7. Assim sendo, nos termos da alínea u), do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de



A..

m

setembro e do nº 3, do art.º 46º da Lei nº 5/2007, de 16 de janeiro, e considerando, ainda os n.ºs 3 e 6 do art.º 6º, ambos do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportiva de Guimarães é submetido ao executivo camarário para deliberação, um apoio financeiro para este evento de €52.890,00, para a organização da Taça do Mundo de Ginástica Artística Masculina e Feminina de Guimarães nos dias 15 a 22 de setembro.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO – ANDDI - PORTUGAL (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL) - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A PARTICIPAÇÃO NOS 5.ºS JOGOS GLOBAIS/CAMPEONATOS MUNDO INAS – BRISBANE, AUSTRÁLIA 2019 – Presente a seguinte proposta: “A ANDDI - PORTUGAL (Associação Nacional de Desporto para Desenvolvimento Intelectual) é uma instituição de Utilidade Pública, sem fins lucrativos, cuja principal atividade é fomentar e organizar a prática de atividades desportivas de competição, para atletas nacionais com deficiência intelectual. A Federação Internacional de Desporto para a Deficiência Intelectual (INAS) vai organizar os “5.ºs GLOBAL GAMES” (Jogos Olímpicos para atletas com Deficiência Intelectual, os quais enquadram os Campeonatos do Mundo das diversas modalidades) de 9 a 20 de outubro, em Brisbane, Austrália, onde Portugal irá participar com uma delegação de 52 elementos. As despesas inerentes a uma iniciativa desta natureza são bastantes avultadas com um orçamento global de €205.895,00, e os recursos da ANDDI-PORTUGAL não chegam para fazer face a todas as despesas, pois os apoios oficiais não são sequer suficientes para viabilizar os custos de inscrição e das viagens dos atletas, que é na ordem dos €3.260,00 por participante. Dado que na Delegação Portuguesa integrará dois atletas de Guimarães, nomeadamente o Nelson Silva (Futsal e Atletismo) e o Carlos Duarte (Basquetebol), proponho a atribuição de um subsídio para este fim.

Assim, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º e do art.º 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, proponho a atribuição de um subsídio no valor de €1.500,00 à ANDDI, para a participação nos 5.ºs Jogos Globais / Campeonatos Mundo INAS – Brisbane, Austrália 2019.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE BRAGA - CONTRATO

PROGRAMA – Presente a seguinte proposta: “O Atletismo é uma das principais modalidades praticadas em Guimarães, com um grande passado desportivo em que a formação dos mais jovens foi sempre um dos seus principais vetores ao longo de mais de cinquenta anos, por vários clubes Vimaraneses. Neste sentido, o Município de Guimarães pretende assinar um contrato programa de desenvolvimento desportivo com a Associação de Atletismo de Braga (AAB) para reforçar as áreas de formação, fomento e sensibilização para a modalidade no concelho de Guimarães e colaborar com as associações do concelho que solicitem os serviços da AAB. Além deste aspeto, a AAB pretende realizar vários eventos desportivos na Pista de Atletismo Gémeos Castro, bem como no Parque de Lazer da Cidade Desportiva, onde possam participar atletas, desde os escalões de benjamins até aos veteranos, em número nunca inferior a 10 eventos por época desportiva. Assim, ao abrigo do nº 6 do art.º 2º e do art.º 6º do Regulamento de atribuição de apoios às associações desportivas de Guimarães, proponho a atribuição de um subsídio à AAB, no valor total de €10.000,00, correspondendo a €5.000,00 por cada época desportiva (2019/2020 e 2020/2021), celebrando-se, para o efeito, um contrato programa, cujo prazo de duração é de dois anos, com início a partir da data da sua assinatura.” A minuta do contrato-programa dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO – GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO OS AMIGOS DE URGESES****– 1ª REVISÃO DO CONTRATO-PROGRAMA - OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DOS BALNEÁRIOS, GABINETE MÉDICO E RELVADO SINTÉTICO**

– Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 11 de janeiro de 2018, aprovou a celebração de um Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo com o Grupo Desportivo e Recreativo os Amigos de Urgeses, para execução das obras de requalificação dos balneários, gabinete médico e relvado sintético, com uma verba no valor de €30.000,00. O Presidente do Clube informou não ter sido possível concluir a totalidade das obras acima identificadas, sendo que no ano de 2018 foram realizados trabalhos e elaborados os respetivos autos de medição, no valor de €15.006,95. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da primeira revisão do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, celebrado em 3 de fevereiro de 2018, nos termos da cláusula 8ª daquele Contrato, alterando-se a sua cláusula 7ª, que passa a ter a seguinte redação: “Sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte, o presente contrato-programa tem o período de vigência que decorre desde a data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2019”. Em consequência, a remanescente verba será paga no corrente ano de 2019, caso se confirme a conclusão das obras.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – GTEAM GUIMARÃES FOOTBALL CLUB - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA A AQUISIÇÃO DA SEDE SOCIAL

– Presente a seguinte proposta: “O GTeam Guimarães Footbaal Club é um clube desportivo com cerca de seis anos de atividade ininterrupta e vocacionado para a prática do futsal feminino. A formação foi sempre um dos seus principais objetivos, tendo atualmente cerca de cinquenta atletas divididos por vários escalões etários. Na sua formação há uma atleta que integra a Seleção Nacional de Futsal o que é de salientar num clube com um curto passado desportivo.

Uma das suas maiores dificuldades é não ter uma sede social para agregar toda a sua comunidade e centralizar os vários serviços que integram este clube. Assim, propõe-se adquirir um espaço para este fim, devendo o investimento e as necessárias obras de adaptação rondarem os 103.000,00 euros. Neste sentido, proponho que a Câmara Municipal delibere atribuir ao GTeam Guimarães Football Club, um subsídio extraordinário, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ÀS ASSOCIAÇÕES DESPORTIVAS DE GUIMARÃES no valor de €25.000,00, para a aquisição da sede social e respetivas obras de adaptação.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – CLUBE DE AUTOMÓVEIS ANTIGOS DE GUIMARÃES - FESTIVAL PENHA CLÁSSICO - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “Nos próximos dias 14 e 15 de setembro de 2019, o Clube de Automóveis Antigos de Guimarães, em conjunto com o Vespa Clube de Guimarães, vai organizar o Festival Penha Clássicos. Trata-se de um evento onde serão expostas viaturas clássicas, desde automóveis a motos, sendo o mesmo complementado com venda de peças usadas e auto mobília. Este certame vai substituir a realização do Expo-Clássicos, que decorreu na última década no Multiusos de Guimarães, e desta forma, pretende-se realizar um evento similar, mas com outras características, utilizando-se um espaço público com excelentes condições e com uma grande procura nestes meses de verão. A Penha, com os seus encantos, foi o local escolhido para a realização deste evento, que será de certeza ainda mais concorrido neste fim de semana. O apoio pretendido destina-se a custear o aluguer das estruturas de abrigo que sirvam de suporte aos vendedores de peças e afins, já que, sendo um evento ao ar livre, há sempre a questão da segurança, nomeadamente noturna, que também terá de ficar salvaguardada. Considerando o interesse de que se reveste a realização



11
jm

deste evento de cariz desportivo, bem como a sua importância para a promoção do desporto, proponho, ao abrigo do n.º 6 do art.º 2.º e do art.º 6.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães, a atribuição de um subsídio, a título excecional, de €2.500,00, destinado a comparticipar nos custos de organização deste evento.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DESPORTO - ARCOV – ASSOCIAÇÃO RECREATIVA CULTURAL E DESPORTIVA DE COVAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A

ARCOV – Associação Recreativa Cultural e Desportiva de Covas solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte da equipa de Futebol de 5, nos dias 27 e 28 de julho, a Castelo Branco. Considerando que se tratou de uma deslocação que visou a participação da equipa na Final Nacional de Minifootball e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 30 de julho de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS – FUNDO DE MANEIO DA DIVISÃO DE GESTÃO E CONSERVAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS - ALTERAÇÃO DE TITULARES –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 25 de julho de 2019, que aprovou uma alteração ao fundo de maneiio constituído por deliberação da Câmara Municipal de 3 de janeiro de 2019, para despesas com pequenas reparações no âmbito da Divisão de Gestão e Conservação do Departamento de Obras Municipais, no valor de €500,00, porquanto à sua titular, Silvana Leite Torres Peixoto, foi reconhecido, no passado dia 1 de agosto, o direito à aposentação. Assim, o referido fundo de maneiio passa a ter a seguinte composição: **Titular: Lara Filipa Melo Correia,**

Assistente Técnica do Departamento de Obras Municipais. Substituto: Ilda Maria Carneiro Almeida Fontão, Assistente Técnica do mesmo Departamento. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

DIVERSOS – REEMBOLSO DE 20% DO IMI - REGULAMENTO MUNICIPAL DE CONCESSÃO DE DIREITOS E BENEFÍCIOS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO CONCELHO DE GUIMARÃES – Presente a seguinte proposta. “O Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, publicado no Diário da República, 2ª Série – n.º 121 em 26.06.2017, em vigor desde 27.06.2017, tem como objeto, de acordo com o estabelecido no seu artigo 2º, “...estabelecer os direitos e benefícios sociais a conceder pelo Município de Guimarães aos bombeiros voluntários das corporações existentes no concelho”, definindo ainda o artigo 3º do mesmo diploma que “para efeitos de aplicação do presente Regulamento, consideram-se bombeiros os indivíduos que, integrados de forma voluntária no corpo de bombeiros das associações legalmente constituídas – atualmente a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários das Caldas das Taipas...”. Conforme disposto no artigo 6º deste Regulamento, os bombeiros têm direito ao reembolso de 20% do Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI, referente aos prédios urbanos localizados na área do concelho de Guimarães, destinados a habitação própria e permanente dos beneficiários. Ao abrigo desta disposição legal, foram apresentados nesta Câmara Municipal 17 (dezassete) pedidos de concessão do benefício do reembolso de 20% do IM, relativamente aos anos de 2017 e de 2018. De acordo com análise efetuada pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, todos eles reuniram os requisitos para a atribuição do Cartão Municipal de Identificação do Bombeiro. Examinados os respetivos processos, e conforme documentos apresentados



11.

pelos interessados, verifica-se que a morada fiscal de todos os requerentes corresponde à morada dos prédios sobre os quais incide o pedido do reembolso. Assim, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 6º do Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães, têm direito ao reembolso de 20% do IMI do prédio destinado à sua habitação própria e permanente, os bombeiros identificados no quadro em anexo à presente proposta e que dela faz parte integrante. Em face do exposto, deverá submeter-se a aprovação do órgão executivo o reembolso do valor total de **€942,07** (novecentos e quarenta e dois euros e sete cêntimos) aos 17 bombeiros voluntários, conforme discriminado no quadro anexo, ao abrigo do disposto no Regulamento Municipal de Concessão de Direitos e Benefícios aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Guimarães. À consideração superior.” O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DIVERSOS – CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO NO MONTANTE DE €12.000.000,00 - Presente o Relatório Final respeitante à contratação de um empréstimo de longo prazo, no montante de €12.000.000,00 (doze milhões de euros), para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal. O Relatório Final, em anexo, propõe a adjudicação do contrato de empréstimo ao Banco BPI, nos termos da minuta do Contrato de Empréstimo, em anexo. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A
REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

Amigo Brasil?
João Paulo de Xavier